

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ALINNE BIANCA LIMA DE SOUZA

**MODO DE VIDA E TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS NO AMAZONAS: o acesso a bens e serviços sociais**

**FRANCA
2018**

ALINNE BIANCA LIMA DE SOUZA

**MODO DE VIDA E TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS NO AMAZONAS: o acesso a bens e serviços sociais**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração- Serviço Social: trabalho e sociedade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Nayara Hakime Dutra Oliveira.

FRANCA

2018

Souza, Alinne Bianca Lima de.

Modo de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis no Amazonas: o acesso a bens e serviços sociais/ Alinne Bianca Lima de Souza. – Franca : [s.n.], 2018.

118 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Nayara Hakime Dutra Oliveira.

1. Trabalho - Aspectos sociais. 2. Catadores de materiais recicláveis. 3. Direitos sociais. I. Título.

CDD – 362.85

ALINNE BIANCA LIMA DE SOUZA

**MODO DE VIDA E TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS
RECICLÁVEIS NO AMAZONAS: o acesso a bens e serviços sociais**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração- Serviço Social: trabalho e sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Dra. Nayara Hakime Dutra Oliveira

1ª Examinadora: _____
Dra. Edvânia Ângela de Souza Lourenço – FCHS/UNESP

2ª Examinadora: _____
Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues - UFAM

Franca, _____ de _____ de 2018.

*À minha querida “mainha”, pela sua dedicação,
paciência, renúncia e pelo amor incondicional,
fundamentais nesse processo, que nos ensinou
que a distância é apenas um detalhe quando
estamos ligados pelo coração.
Ao meu pai (em memória), que sempre contribuiu
para a minha formação. Tenho certeza de que ele
se orgulharia desse momento!*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre me conceder coragem e sabedoria para enfrentar as dificuldades do dia-a-dia e para vivenciar, da melhor maneira possível, as experiências que a vida me propõe.

Aos meus pais, que não mediram esforços durante toda a minha formação, me repassando seus valores, sempre me ensinando a lutar pelos meus ideais e por terem apoiado todas as minhas decisões, mesmo que isso signifique que tenhamos que nos distanciar em determinados momentos.

Aos meus irmãos, Rayanne e Júnior, que sempre me incentivaram na busca pelos meus objetivos, que cuidaram dos meus pais durante a minha ausência, me poupando de situações para que eu tivesse tranquilidade durante o período do mestrado, enfim, sou grata pelo carinho de sempre.

Ao meu sobrinho e afilhado, Thiago Augusto, por ser luz em minha vida.

Aos meus familiares, por terem me apoiado no período de mudança para outra cidade, sempre se fazendo presentes para auxiliar meus pais no que fosse possível. Pelas reuniões em família, durante a minha permanência em Manaus, tornando os meus dias mais agradáveis, assim como pela paciência durante o período de concentração.

À minha orientadora, Professora Doutora Nayara Hakime Dutra Oliveira, por ter depositado sua confiança em mim, tendo em vista que o nosso contato antes do mestrado ocorreu apenas durante um evento em 2012.

Ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, pela contribuição para o meu processo de formação, com as disciplinas, os eventos e até mesmo durante as reuniões do Conselho. Posso dizer que as experiências vivenciadas na UNESP me deixaram ainda mais fortalecida.

À Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), regional Sul II, pelos aprendizados obtidos durante a gestão *“Quem é de luta, resiste!”*.

Aos grupos de pesquisa GEPEFA e Grupo Inter-Ação, em especial este último, por fazer parte da minha vida desde 2015 e pela contribuição significativa durante o meu mestrado, principalmente durante a realização da pesquisa.

À CAPES, por ter financiado a minha bolsa de mestrado, tornando possível a conclusão deste.

Aos meus amigos de Manaus, pelo apoio, pela paciência e por sempre se fazerem presentes em minha vida, onde quer que eu esteja.

Aos meus amigos de turma, em especial Marina, Larissa, Gisele e André, que fizeram meus dias mais felizes durante as disciplinas e também nos nossos encontros para além dos muros da Universidade.

À minha família em Franca, em especial meus queridos Hugo e Gabriela e minha “mãe” Maria, são pessoas que vou levar para sempre em meu coração e que estiveram ao meu lado nos momentos em que mais precisei.

À minha família em Sampa, que sempre está de braços abertos para me receber, fazendo com que a saudade de casa não fique tão apertada.

Aos sujeitos da pesquisa, por terem aceitado o meu convite, destinando alguns minutos de suas rotinas para compartilhar suas experiências, enriquecendo ainda mais esse trabalho.

Por fim, deixo registrado o sentimento de profunda gratidão à minha amiga e companheira de apartamento, Lígia da Nóbrega. Foram quase dois anos de convivência e, compartilhando do pensamento dela, foi um verdadeiro casamento. Durante esse período compartilhamos alegrias, tristezas, conhecimento acadêmico e da vida, assim como o desejo de uma outra forma de sociabilidade...enfim, foi uma experiência única e estará gravada para sempre em minha memória e em meu coração.

*“O catador anda por todos os lados
Com seu carrinho pesado sem nunca desanimar
Humilhado, zombado e criticado
Sempre deixado de lado pelo seu modo de andar.
De agora em diante, tenha essa consciência
Catador também é gente e devemos respeitar
Somos humanos e moramos nessa terra
Temos que cuidar bem dela
Então vamos reciclar!
E para você que acha isso absurdo,
Faço do lixo luxo, isso posso te provar.
Faça a sua parte: separe o seu lixo
Esse é seu compromisso
E pare, sim, de reclamar”.*

**“Catador também é gente”
Por Cacilda Souza de Almeida**

SOUZA, A. B. L. **Modo de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis no Amazonas: o acesso a bens e serviços sociais**. 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMO

No decorrer da história a sociedade passou por diversas transformações, dentre as quais se destacam aquelas que resultaram no modelo socioeconômico vigente, que servirão de base para referenciar e explicar as crises vivenciadas pelo Estado, a formação do exército industrial de reserva e a incidência das contrarreformas, que incidem diretamente na diminuição dos direitos sociais. Em relação ao mundo do trabalho, crescem as estratégias adotadas pela população, no intuito de desenvolver alternativas para a subsistência e a geração de renda, frente ao desemprego cada vez mais crescente, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis da Associação Eco-Recicla, da cidade de Manaus/AM. Nesse sentido, a pesquisa objetivou compreender a realidade vivenciada pelos catadores de materiais recicláveis da Associação Eco - Recicla, desvendando seu modo de vida e de trabalho, bem como a influência (ou não) desses aspectos para o acesso a bens e serviços sociais. Em termos metodológicos, a pesquisa foi baseada no método materialista histórico dialético, sendo utilizada a abordagem da pesquisa exploratória e do estudo de caso; quanto aos procedimentos técnicos, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. O estudo abrangeu a Associação Eco-Recicla, localizada em Manaus, contando com a participação de quatorze catadores de materiais recicláveis. A pesquisa possibilitou constatar que o cenário atual aponta para um conjunto de desafios quanto à valorização dos catadores de materiais recicláveis, necessitando de respostas urgentes do Estado, tendo em vista que as condições de vida e de trabalho desses trabalhadores, no geral, ainda são bastante adversas.

Palavras-chave: trabalho. catadores de materiais recicláveis. acesso a bens e serviços sociais.

SOUZA, A. B. L. **Modo de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis no Amazonas: o acesso a bens e serviços sociais.** 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

ABSTRACT

In the course of history, society underwent several transformations, among which are those that resulted in the current socioeconomic model, which will serve as a basis to refer and explain the crises experienced by the State, the formation of the reserve industrial army and the incidence of counter-reforms, which directly affect the reduction of social rights. In relation to the world of work, the strategies adopted by the population are increasing in order to develop alternatives for subsistence and income generation, in the face of increasing unemployment, as is the case of the collectors of recyclable materials of the Eco-Recicla Association, from the city of Manaus / AM. In this sense, the research aimed to understand the reality experienced by the collectors of recyclable materials from the Eco-Recicla Association, unveiling their way of life and work, as well as the influence (or not) of these aspects for access to social goods and services. In methodological terms, the research was based on the dialectical historical materialist method, using the exploratory research approach and the case study; as for technical procedures, bibliographical, documentary and field research were used. The study included the Eco-Recicla Association, located in Manaus, counting with the participation of fourteen recyclable material collectors. The research made it possible to verify that the current scenario points to a set of challenges regarding the appreciation of recyclable waste pickers, necessitating urgent responses from the State, since the living and working conditions of these workers in general are still quite adverse effects.

Keywords: labor. collectors of recyclable materials. access to goods and social services.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Motivos para iniciar o trabalho de catação.....	59
Figura 2 - Limites e possibilidades no trabalho de catação	60

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Teatro Amazonas.....	31
Foto 2 - Comércio de borracha.....	31
Foto 3 - Visão panorâmica do Pólo Industrial de Manaus	34
Foto 4 - Locais de coleta dos materiais recicláveis	62
Foto 5 - Posto de Entrega Voluntária (PEV).....	64
Foto 6 - Caminhão abastecido com materiais recicláveis	65
Foto 7 - Estação fluvial da Marinha e local destinado aos resíduos.....	66
Fotos 8 e 9 - Processo de triagem	67
Foto 10 - Material armazenado no local disponibilizado pela Marinha	67
Foto 11 - Catadores em ação no bairro do Mauazinho	68
Fotos 12 e 13 - Carrinhos utilizados para a catação nas ruas	68
Fotos 14 e 15 - Lixeiras clandestinas localizadas em áreas verdes.....	69
Foto 16 - Materiais triados e armazenados na Eco-Recicla	70

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Configuração familiar dos catadores	53
Gráfico 2 - Escolaridade	54
Gráfico 3 - Renda obtida com o trabalho de catação	56
Gráfico 4 - Doenças referidas pelos entrevistados.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Organizações vinculadas ao Comitê Regional	48
Quadro 2 - Acesso aos bens duráveis	55
Quadro 3 - Materiais coletados e preço de venda.....	57
Quadro 4 - O trabalho de acordo com cada entrevistado.....	63
Quadro 5 - Espécies de prestação do RGPS.....	84
Quadro 6 - Princípios norteadores para a equipe de saúde.....	89

LISTA DE SIGLAS

ACR	Associação de Catadores de Recicláveis
ASMARE	Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável
BPC	Benefício da Prestação Continuada
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CEMA	Central de Medicamentos do Amazonas
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
Coopamare	Cooperativa de Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis
COOPCAMAN	Cooperativa dos Catadores de Manaus
COOPCAMARE	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis do Estado do Amazonas
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DRU	Desvinculação das Receitas da União
EC	Emenda Constitucional
ECAL	Encontro de Catadores da Amazônia Legal
EPI's	Equipamentos de Proteção Individual
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
Grupo Inter-Ação	Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JK	Juscelino Kubitschek
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MNCR	Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
ONUDI	Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAEG	Programa de Ação Econômica de Governo
PBF	Programa Bolsa Família
PDA	Plano de Desenvolvimento do Amazonas
PDG	Plano de Desenvolvimento do Governo
PDRS- Manaus	Plano Diretor Municipal de Resíduos Sólidos de Manaus
PEAD	Polietileno de Alta Densidade
PEBD	Polietileno de Baixa Densidade
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PERS-AM	Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Amazonas
PEV	Ponto de Entrega Voluntária
PIB	Produto Interno Bruto
PID	Programa de Interiorização do Desenvolvimento
PIN	Programa de Integração Nacional
PIS	Programa de Integração Social
Planamazonas	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Amazonas
PMGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Manaus
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PND	Programa Nacional de Desestatização
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PROER	Programa de Estímulo à Reestruturação
PRSCS- RMM	Plano de Resíduos Sólidos e Coleta Seletiva da Região Metropolitana de Manaus
PT	Partido dos Trabalhadores
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RTS	Rede de Tecnologia Social
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEMULSP	Secretaria Municipal de Limpeza e Serviços Públicos
SPA's	Serviços de Pronto Atendimento

SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSAM	Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
ZFM	Zona Franca de Manaus

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
 CAPÍTULO 1 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E O TRABALHO DE CATAÇÃO NO BRASIL	25
1.1 O “desenvolvimentismo” e o processo de industrialização no Brasil	25
1.2 As especificidades do processo de industrialização na cidade de Manaus	31
1.3 A reestruturação produtiva e formação do exército industrial de reserva ..	36
1.4 O trabalho de catação no Brasil e seus aspectos legais	40
 CAPÍTULO 2 MODO DE VIDA E TRABALHO DOS CATADORES NA AMAZÔNIA	47
2.1 A organização do trabalho de catação na cidade de Manaus e seus aspectos legais	47
2.2 Um breve retrato dos catadores da Associação Eco-Recicla	51
2.3 O trabalho dos catadores de materiais recicláveis na Associação Eco- Recicla	58
 CAPÍTULO 3 E POR FALAR EM DIREITOS.....	73
3.1 A contrarreforma do Estado e seus impactos na garantia dos direitos sociais.....	73
3.2 A Seguridade Social em questão.....	81
3.3 Direitos para quem?: um panorama da realidade vivenciada pelos catadores da Associação Eco-Recicla.....	87
 CONSIDERAÇÕES.....	95
 REFERÊNCIAS.....	99

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBISTANCIADO DO CEP	106
ANEXO B – DECLARAÇÃO DA REDE DE CATADORES/AS E RECICLAGEM SOLIDÁRIA ECO-RECICLA DO AMAZONAS.....	109

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	111
APÊNDICE B – TERMO DE COMPROMISSO.....	112
APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA	113

INTRODUÇÃO

A dissertação em foco apresenta-se como um estudo acerca do modo de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis da Associação Eco-Recicla, da cidade de Manaus, abordando ainda a questão do acesso a bens e serviços sociais.

No decorrer do trabalho foi possível perceber diversas alterações no cenário político, econômico e social, com recorte histórico que tem início no período do Brasil República, com anos destinados à ditadura militar, após o golpe de Estado em 1964, até a retomada do governo civil em 1985, marcado pelo processo de redemocratização do Brasil que, posteriormente, vai vivenciar o ideário neoliberal, com repercussão até os dias atuais.

Mas o que esses governos, principalmente os que se constituíram após o processo de redemocratização do país, têm em comum?

“Em relação ao Estado, portanto, existem fortes repercussões dos processos delineados anteriormente – a reestruturação produtiva e a mundialização – que configuram as linhas gerais de uma verdadeira *contra-reforma*.” (BEHRING, 2008, p. 58, grifo da autora).

Para além dos efeitos já sinalizados por Behring, também se faz necessária a relação entre o projeto neoliberal e as propostas de mudanças para a administração pública, transfigurada nas chamadas reformas administrativas, que de acordo com Souza Filho (2013, p. 183) “[...] possui como finalidade uma ordem centrada no mercado e na crítica às estruturas e políticas de universalização de direitos.”

No que diz respeito à cidade de Manaus, observa-se que esta passou por dois importantes ciclos econômicos (Ciclo da Borracha e criação da Zona Franca), que tiveram influência no processo de formação da cidade em termos de infraestrutura, mas que também foram responsáveis pelo delineamento do modelo de industrialização, sobretudo a partir da Zona Franca, que passou por algumas fases acompanhando os planos de governo a nível nacional e estadual, inclusive o período reestruturação produtiva, que contribuiu para a precarização das relações de trabalho e para a formação do exército industrial de reserva, bem como para o surgimento de atividades como o trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

Dessa forma, verifica-se que apesar de a atividade de catação ter seus primeiros registros ainda no século XIX, é a partir das alterações no setor produtivo e pela questão do desemprego estrutural no Brasil que o trabalho vai se apresentar

como uma alternativa, incorporando aquelas pessoas que não conseguem se inserir ou reinserir no mercado de trabalho formal, tendo em vista que mesmo após o reconhecimento do trabalho de catador como profissão, as condições de vida e trabalho dos catadores não passou por grandes mudanças.

Com o advento da Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS) e todas as outras políticas, planos, decretos e legislações que surgiram posteriormente em todas as esferas de governo imaginou-se que os catadores sairiam de uma vez por todas dessa condição de “invisibilidade”, tendo em vista que todo esse aparato fornece subsídios para a inserção desses trabalhadores na cadeia produtiva, de forma que eles sejam realmente valorizados por um trabalho que já desenvolvem “gratuitamente” para o Estado e toda a sociedade, no entanto, alguns entraves contribuem para que tais normativas ainda não estejam em pleno vigor. Somado a isso, temos a especificidade do trabalho realizado pelos catadores de materiais recicláveis na cidade de Manaus, nesse caso particular, daqueles que fazem parte da Associação Eco-Recicla.

Em suma, o contexto histórico apresentado principalmente no que diz respeito ao modelo de acumulação do capital e às transformações no mundo trabalho contribuiu para que os catadores de materiais recicláveis encontrassem nessa atividade uma oportunidade de trabalho, visando suprir suas necessidades básicas e imediatas.

Tal situação se agrava com o descaso e a desresponsabilização do Estado em termos de criação de Políticas Públicas que atendam às necessidades dessa população, contradizendo o que está disposto na Constituição de 1988, tida como “Constituição Cidadã”.

No caso específico dos catadores de materiais recicláveis, percebe-se que apesar das legislações existentes, o trabalho desenvolvido em prol desses sujeitos precisa avançar, haja vista que as legislações ambientais deveriam ser articuladas às demais políticas, a fim de garantir a qualidade de vida de quem delas necessita, como é o caso das da seguridade social, que vem sofrendo com os constantes ataques das contrarreformas do Estado.

Dessa forma, o trabalho em questão tem por objetivo compreender a realidade vivenciada pelos catadores de materiais recicláveis da Associação Eco – Recicla, desvendando seu modo de vida e de trabalho, bem como a influência (ou não) desses aspectos para o acesso a bens e serviços sociais. Como

desdobramento, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o perfil socioeconômico dos catadores da Associação Eco-Recicla;
- Contextualizar os avanços em termos de legislações e políticas referentes ao trabalho de catação, problematizando os impactos ocorridos em relação ao trabalho desenvolvido na Associação Eco – Recicla, em Manaus/AM;
- Relacionar os bens e serviços sociais a que os catadores possuem acesso, bem como a influência da garantia (ou não) de tais direitos no cotidiano desses trabalhadores.

A necessidade do estudo dessa natureza pautou-se a partir do trabalho de pesquisa desenvolvido junto ao Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (*Grupo Inter-Ação*), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), uma vez que o mesmo oportunizou maior aproximação dos catadores de materiais recicláveis da Associação Eco-Recicla e o conhecimento próximo da realidade em que vivem, sendo percebida a necessidade de aprofundamento acerca do modo de vida e de trabalho dos catadores, bem como a influência (ou não) desses aspectos para o acesso a bens e serviços sociais.

É importante ressaltar que, apesar do reconhecimento em torno da relação existente entre o contexto histórico da questão ambiental, os mecanismos de acumulação do capital e seus efeitos para o trabalho de catação e toda a legislação que vem sendo elaborada a esse respeito, a dissertação em questão não irá realizar um estudo aprofundado acerca do movimento ambientalista, assim como da discussão relacionada ao desenvolvimento sustentável, que ganhou maior repercussão a partir da segunda metade do século XX, mais especificamente em 1968, com a criação do Clube de Roma, seguido de importantes momentos históricos, como é o caso da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Humano em Estocolmo (1972); Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro (1992), que ficou mais conhecida como a Eco- 92; Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo (2002); Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro (2012), a Rio+20 e a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável em Nova Iorque (2015), onde foram definidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

É bem verdade que as pesquisas realizadas junto aos catadores de materiais recicláveis, relacionada à realidade social em que os mesmos estão inseridos, principalmente no que se refere ao acesso a bens e serviços sociais ainda são incipientes no município. Nesse sentido, a existência de uma maior diversidade de informações coletadas por intermédio de trabalhos que priorizem a diversidade, não se atendo apenas a experiências específicas, é importante para melhor compreensão da realidade na qual os catadores se encontram.

Nesse sentido, considera-se que o trabalho possui relevância acadêmica, científica e social pelo fato de possibilitar a continuação ou até mesmo o despertar para o debate acerca da referida temática, assim como poderá proporcionar a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos, fornecendo subsídios com informações qualificadas, possibilitando a formulação de políticas públicas que atendam às necessidades dos catadores.

Para a compreensão do referido estudo e da realidade vivenciada pelos catadores da Associação Eco-Recicla se fez necessário proceder com a apreensão do real, bem como da dinâmica e das contradições inerentes ao objeto.

Nesse caso, a compreensão do objeto se deu a partir de aproximações que permitiram apreender como essas contradições existentes no sistema em que vivemos, sobretudo em tempos de contrarreformas, vão refletir no modo de vida e de trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

Portanto, foi utilizado o método materialista histórico dialético, que de acordo com Cassab (2007, p. 59) se caracteriza por

[...] priorizar a dinâmica das relações entre sujeitos e objeto de estudo no processo de conhecimento, valorizar os vínculos do agir com a vida social dos homens e desvelar as oposições contraditórias presente entre o todo e as partes. [...] Defende, também, a necessidade de se trabalhar com a complexidade, com a especificidade e com as diferenciações que existem. A abordagem dialética reconhece a realidade como complexa, heterogênea e contraditória, nas diversas facetas, nas diversas peculiaridades que a compõem.

Ao considerar a necessidade de obtenção de dados fidedignos, com base nos objetivos foi utilizada a abordagem da pesquisa exploratória, em que permitiu maior aproximação com o campo de observação e uma visão mais ampla da realidade pesquisada. Gil (2002, p. 41) destaca que “[...] estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais

explícito ou a construir hipóteses”, levando em conta o aporte bibliográfico, o conhecimento de pessoas que já tiveram experiências práticas com a temática a ser pesquisada e a análise de exemplos que incitem a melhor compreensão acerca do assunto.

No que tange à abrangência do estudo, foi realizado o estudo de caso no intuito de conseguirmos uma melhor compreensão e detalhamento da realidade investigada. De acordo com Fonseca (2002, p.33), o referido estudo “[...] visa conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico.”

Quanto ao tipo de dados, o projeto foi baseado na abordagem quantitativa e qualitativa, quantitativa pelo fato de oportunizar a classificação e análise das informações coletadas de forma estatística e qualitativa por desenvolver uma análise dos fenômenos e seu universo de significados, que não poderiam ser expressos por intermédio de elementos estatísticos.

No que diz respeito aos procedimentos técnicos e metodológicos foram utilizadas as pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A primeira desenvolvida com base na revisão da literatura clássica e contemporânea existente; a segunda realizada com base na identificação e análise dos documentos, registros e aparatos legais inerentes à temática abordada e a terceira referente à pesquisa de campo, com a coleta de dados referente aos objetivos propostos.

Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com adoção dos roteiros junto aos catadores, oportunizando o diálogo entre pesquisador e pesquisados, a fim de obter dados relevantes para a investigação.

Além disso, foi utilizada a técnica da observação participante, visando a obtenção do contato direto com o objeto de estudo, que segundo Cruz Neto (1994, p. 59-60) é importante para “[...] podermos captar uma variedade de situações e fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas.” Nesse caso, a observação participante permitiu uma melhor apreensão acerca do trabalho desenvolvido pelos catadores de materiais recicláveis, uma vez que estes foram acompanhados na rotina realizada durante a catação nas ruas do bairro, no Ponto de Entrega Voluntária (PEV) do Parque do Mindu e na Estação Fluvial da Marinha. Cabe ressaltar que a experiência completa foi registrada por meio de relatos de experiências, contidos nos apêndices desse trabalho.

A pesquisa teve como *lôcus* a Associação Eco-Recicla, formalizada em abril de 2007 e que, atualmente, está localizada no Bairro Mauazinho, da cidade de Manaus.

Visando o alcance dos objetivos propostos, os sujeitos da pesquisa foram os catadores de materiais recicláveis da Associação Eco-Recicla. Como critério de inclusão, selecionamos os catadores associados e que estavam ativos na associação, bem como aqueles que aceitaram participar da pesquisa. Como critério de exclusão, não foram selecionados aqueles catadores que, no momento, estavam afastados das atividades de catação junto à associação. Cabe ressaltar que, ano de 2016, na sede da Eco-Recicla e na base de coleta do Mauazinho foram registrados 30 (trinta) catadores, no entanto, por ocasião da pesquisa realizada em julho de 2017 esse número foi reduzido para 14 (quatorze) trabalhadores ativos na referida associação, sendo essa a amostra utilizada.

Para finalizar, a dissertação foi dividida em três capítulos, conforme pode ser observado abaixo:

No capítulo 1, **O processo de industrialização e o trabalho de catação no Brasil**, foi realizada uma contextualização das transformações ocorridas, principalmente, no mundo do trabalho a partir do período denominado como “desenvolvimentista”, abordando ainda as especificidades do processo de industrialização na cidade de Manaus, bem como da relação com a formação do exército industrial de reserva e o trabalho dos catadores, que ganha mais evidência frente ao desemprego cada vez mais crescente.

No capítulo 2, **Modo de vida e trabalho dos catadores na Amazônia**, considerando as peculiaridades que envolvem essa temática, foi abordada a questão da organização do trabalho de catação em Manaus, trazendo algumas legislações que dão ênfase sobre a participação dos catadores quando se trata da temática dos resíduos sólidos. Além disso, foi tratada a questão específica dos catadores da Associação Eco-Recicla, sendo apresentado um breve retrato do perfil desses sujeitos, bem como do trabalho realizado na referida associação.

No capítulo 3, **E por falar em direitos...**, foi evidenciada a contrarreforma do Estado e seus impactos na garantia dos direitos sociais, sobretudo, para as políticas de saúde, previdência e assistência social, que fazem parte do tripé da seguridade social. Nesse contexto, foi apresentado um panorama da realidade vivenciada pelos

catadores da Associação Eco-Recicla em termos da garantia desses direitos (ou não).

CAPÍTULO 1 O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO E O TRABALHO DE CATAÇÃO NO BRASIL

Historicamente a nossa sociedade vem passando por transformações que envolvem acontecimentos econômicos, políticos e sociais, dentre os quais se destacam aqueles que resultaram no modelo socioeconômico vigente.

No caso do Brasil, como sinônimo desse processo, está o que foi denominado “desenvolvimentismo”, associado ao capitalismo e à fase de industrialização, que tiveram (e continuam tendo) o amparo do Estado para a sua consolidação.

Em Manaus, pode-se dizer que dois importantes ciclos econômicos (Ciclo da Borracha e criação da Zona Franca) contribuíram para explicar e compreender a configuração atual da cidade desde a infraestrutura até questões relacionadas às mudanças no modo de produção, mais especificamente com a modernização da indústria, que por um lado aumentou a produtividade e o faturamento e por outro aumentou o desemprego, contribuindo para a formação do exército industrial de reserva, bem como para o surgimento de atividades informais, a exemplo dos catadores de materiais recicláveis.

1.1 O “desenvolvimentismo” e o processo de industrialização no Brasil

A ideologia do desenvolvimentismo, apesar de ter sido disseminada por Roberto Simonsen na década de 1940, ganhou forças apenas em meados da década de 1950, isso porque foi necessário desmontar a hegemonia da burguesia agroexportadora, dando espaço para o que Ianni (1989, p. 98) vai chamar de “[...] processo de conversão do capital agrícola, comercial e bancário em capital industrial [...]” e que passou a ganhar consistência no segundo governo de Getúlio Vargas.

De acordo com Maranhão (2009), Simonsen foi o primeiro intelectual da burguesia industrial que disseminou a ideia do desenvolvimentismo, inspirando várias gerações relacionadas à classe industrial, política e econômica, com suas ideias referentes à um Brasil moderno, industrializado e, como o próprio nome sugere, desenvolvido, que pode ser traduzido como uma condição de existência do capitalismo e que se utiliza do Estado para a sua efetivação.

A partir de tal ideal, a classe burguesa tinha a missão de elaborar estratégias que pudessem conciliar os interesses daqueles que dela divergiam, assim como atrair novos olhares para o “sucesso” do projeto desenvolvimentista.

Em outras palavras, criar um aparato ideopolítico permitindo a construção de uma ideologia que apontasse um caminho comum e universal para o estabelecimento das necessidades de toda a nação. Era necessário socializar um projeto burguês que ao oferecer o projeto de um futuro de desenvolvimento e progresso para o país indicasse as escolhas que deveriam ser feitas por todos em nome dos velados interesses particulares da burguesia brasileira. (MARANHÃO, 2009, p. 100).

O segundo mandato de Vargas demonstra um pouco do que seria a construção dessa ideologia com vistas ao fortalecimento da política econômica, quando utiliza como estratégia a aproximação da classe trabalhadora e potencializa o aspecto estruturante das políticas sociais (PAULA, 2016).

Outro aspecto importante da década de 1950 está relacionado ao fato de que o país atravessa um período significativo de alteração da economia, com a diminuição da importância do café no mercado mundial. Diante disso, os investimentos que anteriormente se destacavam para o setor agroexportador agora passam a ser destinados ao capital industrial brasileiro e, junto aos investimentos, a articulação entre a burguesia brasileira e o imperialismo, que ganhou maior consistência a partir do governo de Juscelino Kubitschek e seu programa de metas. Em outros termos, “O desenvolvimento planejado de JK teve no Programa de Metas sua maior expressão. Ao término de sua execução, o programa deveria ter dotado o país de uma infra e superestrutura industrial capazes de modificar sua conjuntura econômica.” (PAULA, 2016, p. 204).

Todas as estratégias do Programa de Metas estavam voltadas para o desenvolvimento da industrialização, funcionando plenamente até o período em que começou a haver um desequilíbrio das contas externas, dentre outros fatores que contribuíram para a instabilidade política.

No ano de 1964, o presidente João Goulart que havia proposto as “Reformas de base” para o seu governo foi deposto pelos militares, na articulação de um golpe de estado da burguesia para assegurar os interesses econômicos das multinacionais e o desenvolvimento do capitalismo, dando lugar ao Marechal Castelo Branco, que foi o primeiro presidente no período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1967), com a frase de efeito “integrar para não entregar”.

Dentre as medidas adotadas por Castelo Branco estavam a elaboração do Programa de Ação Econômica de Governo (PAEG) que, resumidamente, buscava conceder benefícios ao capital estrangeiro, conter a inflação e controlar os salários (que na visão do programa estava além da produtividade).

A partir de 1966 o PIB volta a crescer, no entanto, ao contrário dos benefícios concedidos às multinacionais que se instalaram no Brasil, os efeitos de tais medidas foram sentidos pela classe trabalhadora, que era submetida à violência e à manipulação, além de ter a redução do valor da força de trabalho e o congelamento de salários. Quanto a esse último fator Singer (2007, p. 288) atribui que: “[...] o reduzido valor da força de trabalho é condição indispensável para tornar competitivos, no mercado mundial, os manufaturados brasileiros. O que requer uma política de contenção salarial permanente.”

Além do PAEG, também foi elaborado o Plano Decenal (1967-1976), como estratégia para alavancar a economia, que apesar de não ter sido totalmente viabilizado, de acordo com Meirelles (2012) apresentava três pontos principais: educação como fator de desenvolvimento social, desenvolvimento da agricultura e planejamento macroeconômico.

De 1967 a 1969 a presidência é assumida por Arthur da Costa e Silva, que durante o seu mandato instituiu a Reforma Administrativa (1967), enaltecendo o capitalismo monopolista, com interesses claros no que diz respeito à classe dominante em detrimento da classe trabalhadora, que se vê cada vez mais excluída das decisões políticas e não tendo acesso à riqueza por ela produzida (SOUZA FILHO, 2013). Nesse período também é estruturado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), com medidas que visavam o estímulo à iniciativa privada, contribuindo para o “milagre econômico”, que foi consolidado pelo governo Médici, nos anos de 1969 a 1973.

Durante o seu mandato, Emílio Médici, aliou o crescimento econômico à baixas taxas de inflação, além de ter sido marcado por intensa repressão política, sendo conhecido como os “anos de chumbo”.

Por intermédio do Ministro da Fazenda Delfim Netto, foi implementado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), de 1970 a 1973, que deu origem à criação do Programa de Integração Nacional (PIN) e do Programa de Integração Social (PIS). A partir de tais medidas foi possível perceber o incentivo às exportações agrícolas, expansão das indústrias e o desenvolvimento regional, com

olhar voltado principalmente para a Amazônia e o slogan “Amazônia: terra sem homens para homens sem terra”. Foi o coroamento do “milagre econômico”, que se viu abalado em pouco tempo, tendo em vista a crise do petróleo em 1973.

De 1974 a 1979 foi a vez do mandato de Ernesto Geisel, que contou com a elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979), com vistas à contenção da inflação, ao desenvolvimento da Amazônia sem prejuízo aos recursos naturais e à qualidade de vida, ao crescimento acelerado, dentre outros (Rossetti, 1991). Esse período também foi marcado pelo impacto aos planos brasileiros, uma vez que o segundo choque do petróleo, ocorrido em 1979, contribuiu para elevar a inflação.

A partir desse momento, a ditadura que antes era vista como uma estratégia para a expansão capitalista brasileira, começa a se transformar em pesadelo. As manifestações existentes no início do período ditatorial, que haviam sido contidas pela repressão começam a ressurgir entre 1978-1979, seguidas pelas greves operárias da década de 1980, durante o mandato do último presidente da época da ditadura militar, João Figueiredo (1979-1985).

A década de 1980 foi marcada pela crise no sistema econômico, com o acirramento da dívida externa e das elevadas taxas de inflação, conforme elencadas no III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985), revelando fragilidades no padrão de financiamento reforçado durante a ditadura. Dessa forma, na busca do fortalecimento da sociedade civil (classe trabalhadora) e do processo de redemocratização, é organizado o movimento visando as eleições diretas, mais conhecido como “Movimento Diretas Já”, que culminou no fim da ditadura no Brasil.

Assim, o início da “Nova República” se dá num contexto de instabilidade e crise econômicas advindas do esgotamento do próprio modelo de desenvolvimento brasileiro, aliado às sucessivas crises pela qual passava o sistema mundial capitalista, num cenário de fortalecimento das forças democráticas. (SOUZA FILHO, 2012, p. 154).

De forma geral, a ditadura no Brasil foi instituída para dar respostas aos interesses econômicos de grandes empresários internacionais, que antes de tal período tinham os seus interesses ameaçados, com um clima desfavorável à expansão do capital. Nesse cenário, a classe trabalhadora representa uma peça fundamental no processo, pois foi a principal responsável pelo crescimento econômico do Brasil, não partilhando do “bolo” no período em que a economia

esteve em ascensão, do contrário, se depararam com uma legislação opressora, redução dos seus salários e intensificação das relações de trabalho.

Os anos que sucedem a ditadura podem ser configurados inicialmente como um período de desafios relacionados à democracia, cenário em que também ocorreu o trabalho de elaboração da Constituição Federal de 1988, mais conhecida como “Constituição Cidadã”, isso porque

[...] de um lado, as aspirações populares pelo retorno à democracia incluíam o desejo da melhoria das condições de vida, o aumento do nível de emprego e melhores salários, o controle da inflação e da crise recessiva; por outro lado, o novo governo deveria se preocupar com os desmandos dos organismos internacionais, principalmente o FMI, com as renegociações da dívida externa e a revisão das relações exteriores do país com o resto do mundo. (PAULA, 2016, p. 211).

Ao realizar um retrospecto de todas as transformações observadas a partir da década de 1940, que serviram de base para caracterizar o desenvolvimento capitalista brasileiro e o processo de industrialização, é necessário atentar para o que se vê a partir dos anos 1990, isso porque as medidas adotadas pelo Estado vão de encontro ao ideário neoliberal, que por sua vez se depara com um terreno fértil diante do que ocorreu no Brasil com o fim da ditadura militar e com o período de redemocratização, contribuindo diretamente para as contrarreformas do Estado.

Nesse sentido, o mandato de Fernando Collor de Mello (1990/1992) foi marcado pela adoção de medidas com fortes impactos para o país, como é o caso do Plano Brasil Novo ou Plano Collor para estabilização da economia, das reformas administrativas e da venda do patrimônio público, que consequentemente gerou uma onda de privatizações.

Sua gestão foi considerada autoritária, pois utilizou de diversas Medidas Provisórias, na tentativa de solucionar a questão econômica do país, com efeitos traumáticos para a população,

[...] sua intervenção de maior fôlego e largo prazo foi a implementação acelerado da estratégia neoliberal no país, por meio das chamadas reformas estruturais, na verdade o início da contra-reforma neoliberal no país. (BEHRING, 2008, p. 151).

Em 1992, devido à crise econômica e acusações de corrupção, foi instaurado o processo de impeachment, levando ao afastamento de Collor da presidência e sua substituição por Itamar Franco (1992/1995).

O novo presidente deu continuidade às privatizações e à reforma do Estado, tendo como destaque a criação do Plano Real, como forma de estabilização da economia. Para tanto, além das medidas adotadas nas gestões anteriores, o diferencial do plano estava em não congelar os preços e os salários.

Cabe ressaltar que a operacionalização do Plano Real ficou por conta do Ministro da Fazenda, comandado por Fernando Henrique Cardoso, que devido à “ilusão da estabilidade” conquistou a população como um todo, garantindo o seu lugar na presidência em 1995.

A administração de Fernando Henrique Cardoso (FHC - 1995/2002) ampliou o Programa Nacional de Desestatização (PND), sendo marcado pela privatização da Companhia Vale do Rio Doce, além de empresas de telecomunicações e do setor elétrico.

Durante o seu governo também foram criados o Programa de Estímulo à Reestruturação (PROER) e o Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional, com vistas à eficiência, transparência e agilidade do sistema financeiro. No entanto, constatou-se que do período de implantação do Plano Real até meados do ano de 1998 foi formada uma grande massa de desempregados, “[...] ou seja, adotou-se uma *política econômica de crescimento – ainda que pífio – sem emprego.*” (BEHRING, 2008, p. 164, grifo da autora).

Dessa forma, para a classe trabalhadora, a gestão de FHC significou a perda de direitos significativos, principalmente com a terceirização, fruto da flexibilização das relações de trabalho. No campo social, o que se viu foi da desresponsabilização do estado, dando lugar ao “solidarismo privado”, o que justificou um período marcado por greves e manifestações para a reivindicação de melhores condições de vida e de trabalho.

Após essa breve análise acerca dos governos e, levando em consideração principalmente aqueles que se constituíram após o processo de redemocratização do país, podemos nos perguntar o que eles têm em comum?

Eles carregam os reflexos da história construída em decorrência do advento do sistema capitalista e da industrialização no Brasil. É possível observar que os discursos adotados pelos governantes mencionados anteriormente possuem o foco na melhoria de condições de vida da população, ainda que contraditório, tendo em vista que a ofensiva neoliberal vem contribuindo para o aviltamento do trabalho e da vida social, afetando principalmente a classe trabalhadora e os setores menos

favorecidos da sociedade, que vivenciam a cada dia o retrocesso das conquistas democráticas e a adoção de novas formas de controle social por parte do Estado, como forma de amenizar e/ou conter as tensões sociais.

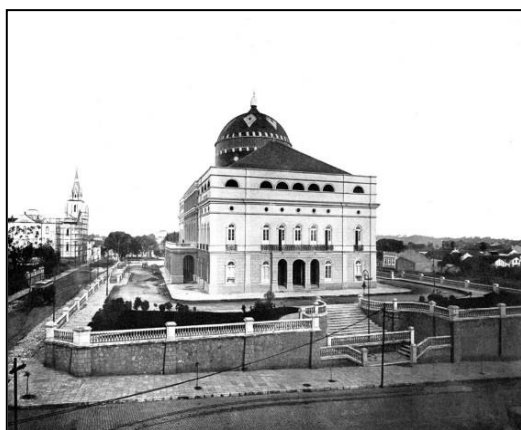
1.2 As especificidades do processo de industrialização na cidade de Manaus

Conforme descrito anteriormente, o desenvolvimento industrial no Brasil, apesar de ter sido considerado um processo de evolução “tardio”, contribuiu para um vasto processo de transformações econômicas, sociais e políticas.

Porém, no caso específico de Manaus o processo foi um tanto diferenciado, pois a cidade vivenciou dois importantes ciclos econômicos, sendo o primeiro conhecido como Ciclo da Borracha e o segundo que configura a implementação da Zona Franca de Manaus- ZFM, sua consolidação e prorrogação.

Durante o período da borracha vários fenômenos contribuíram para delinear a configuração da cidade no que diz respeito à urbanização/infraestrutura, população e economia (fotos 1 e 2), proporcionando uma grande concentração de riquezas e investimentos, responsável pela caracterização da cidade de Manaus sob o padrão europeu (podendo ser observado principalmente no centro da cidade), sendo considerada no seu período de *Belle Époque* (1890-1920) como a Paris dos Trópicos.

Foto 1- Teatro Amazonas



Fonte: Lima (2011).

Foto 2- Beneficiamento da borracha em Manaus



Fonte: Arquivo Nacional (1906).

No entanto, com a breve retomada da sua extração (1942-1945) o que ficou visível foi a tentativa de exploração de uma atividade sem um plano de

desenvolvimento, que não logrou êxito, além de penalizar a população que trabalhava nos seringais.

Para Oliveira (2001, p. 67)

[...] o aprofundamento da crise do extrativismo constitui o momento crucial em que as elites vão se preocupar em assegurar suas condições materiais de existência, mesmo que isso signifique manter-se dependente, em outro nível, do processo de reprodução ampliada de capital. Diante disso, é importante salientar que a Amazônia, diferente do Sul e Sudeste, permanecia presa a uma economia extrativista e, portanto, com participação diferenciada no âmbito do capitalismo mundial e nacional. É essa prerrogativa fundamental que vai orientar os discursos que, posteriormente, confluíram para o salto de industrialização, posto em prática com a Zona Franca de Manaus.

Após o período supracitado, a cidade de Manaus passou a vivenciar o seu segundo ciclo econômico, caracterizado pela fase da industrialização e materializado pela regulação da Zona Franca, fruto da “Operação Amazônia”, durante o governo do presidente Castelo Branco, que visava a exploração e o desenvolvimento da região, fornecendo incentivos fiscais como estratégia para motivar os investimentos do capital privado e estabelecer um “centro industrial, comercial e agropecuário” no interior da Amazônia (Decreto-Lei n. 288, de 28/02/1967) (BRASIL, 1967).

Resumindo, era uma estratégia de desenvolvimento adotada pelo Estado, sob os moldes da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), que agregava, principalmente, um conjunto de incentivos e créditos fiscais para a instalação e manutenção das empresas, com vistas ao capital monopolista em expansão.

Pelo fato de ter sido pensada a partir dos preceitos da ONUDI e de estar situada no modelo de desenvolvimento capitalista, a ZFM segue um padrão de industrialização, mas possui algumas peculiaridades. Nesse caso, além dos incentivos e créditos fiscais concedidos às indústrias que aqui estavam se instalando, o Estado também precisou arcar com a infraestrutura necessária, dada as características próprias da cidade de Manaus.

Desde a sua implantação, em 1967, a Zona Franca de Manaus passou por algumas fases, sempre acompanhando os planos de governo a nível nacional e estadual. Foi durante a ditadura, principalmente, que se teve um olhar para a Amazônia, com a intenção de que esta fosse a solução para os problemas econômicos do Brasil.

Meirelles (2012) descreve pelo menos três dessas fases, quais sejam:

- 1ª fase- desenvolvimento do Planal, do Governador Danilo Areosa, que destinava investimentos para a infraestrutura e, conseqüentemente, a instalação do Distrito Industrial, que começou a se delinear na primeira metade dos anos 1970. No entanto, é também nesse período, mais precisamente em 1973, que o Brasil passa a vivenciar a crise do petróleo, contribuindo para a desvalorização da moeda brasileira e para o endividamento externo;
- 2ª fase- tem início a partir de 1976, com mudanças realizadas a partir do governo Geisel, que determinou alterações na ZFM por intermédio dos Decretos n. 435/75 e n. 1455/76, basicamente relacionados aos produtos industrializados e à importação. A nível local, os destaques vão para o Plano de Desenvolvimento do Amazonas (PDA), que tinha como objetivo reduzir as disparidades entre a capital (com ações voltadas para melhorias na infraestrutura, beneficiando a expansão das atividades industriais, além do “controle da pobreza nas periferias”) e o interior. E como característica do período do último governo do Amazonas durante o período da ditadura militar e pós (1983-1987), tem-se uma época marcada pela estagnação econômica e pelo movimento de êxodo rural do interior para a capital, contribuindo para um colapso no que se refere à infraestrutura econômica e social, uma vez que os lucros oriundos da ZFM não eram destinados a melhorias para a cidade de Manaus, ficando o Estado, como um todo, em uma situação mais crítica. Visando solucionar tais problemas, o Plano de Desenvolvimento do Governo (PDG) previa atividades que potencializassem o mercado local, utilizando as riquezas existentes no território, com vistas ao aumento da oferta de emprego e da renda. Nesse sentido, o referido plano contemplava atividades voltadas para a administração, planejamento e finanças, colonização dirigida, indústria, energia, educação, cultura e desporto e saneamento;
- 3ª fase- iniciada nos anos 1990, em que o governo federal estabelece parâmetros para uma “nova política industrial” e para o “comércio exterior”. Em âmbito local, ganham ênfase o Programa de Interiorização do Desenvolvimento (PID), o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Amazonas (Planamazonas) e o Programa Terceiro Ciclo. O PID previa propostas que ficaram ao encargo da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, e tinha como objetivo principal a questão da economia e as atividades relacionadas à indústria. No entanto, apesar de tais medidas, no início da década de 1990, a ZFM passou por um

processo de falência de empresas que, conseqüentemente, gerou desempregos e baixa arrecadação de tributos, ocasionada pelas medidas econômicas do governo do presidente Collor. O Planamazonas tinha o intuito de demonstrar as potencialidades do Estado. Com isso, apresentou amplas propostas que envolviam, entre outros aspectos, questões como meio ambiente, infraestrutura básica e transformação produtiva, mas errou por não oferecer o devido direcionamento para a sua execução/operacionalização. E por fim, o Terceiro Ciclo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Amazonas, objetivando o desenvolvimento do interior, tendo em vista que apesar de a ZFM apresentar aumento em sua produtividade e em seu faturamento, a oferta de empregos não cresceu na mesma proporção, devido à modernização da indústria, que contribuiu para o processo de reestruturação produtiva.

Não há como negar que a Zona Franca de Manaus (foto 3) elevou a economia do Estado, entretanto, devido ao período de estagnação econômica, acabou criando um problema entre os trabalhadores, que lutavam por inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, tinham a sua força de trabalho desvalorizada. Além disso, o modelo da ZFM também contribuiu para mudanças políticas, sociais e estruturais.

Foto 3- Visão panorâmica do Pólo Industrial de Manaus



Fonte: Paiva e Lima (2015).

Nesse sentido, Oliveira (2001, p. 57) assegura que

[...] o desenvolvimento da zona franca implicou transformações na estrutura político-administrativa do Estado, na infra-estrutura da cidade e envolveu

vultosos investimentos do poder público em forma de incentivos fiscais e créditos concedidos às empresas que se instalaram no Distrito Industrial. Por outro lado, transformou-se num forte centro gravitacional capaz de mobilizar uma massa considerável de mão-de-obra, em que uma parte dela iria se transformar em força de trabalho, participando do trabalho coletivo de reprodução ampliada de capital, e uma outra parte considerável iria engrossar as fileiras da periferia da cidade, agravando sobremaneira os problemas de moradia, como produto de uma migração interna do Estado.

A respeito do crescimento populacional, assim como aconteceu no período da borracha, foi possível constatar que o processo de industrialização também contribuiu para a migração e para o adensamento populacional na capital. No caso específico da população ribeirinha, advindas do interior do estado do Amazonas, acostumada a atividades ligadas ao extrativismo e à pesca, o que se viu foi a transformação dessas pessoas em operários do distrito industrial. Além disso, conforme exposto anteriormente esse processo também contribuiu para agravar os problemas de moradia, emergindo as ocupações na cidade de Manaus, como é o caso do bairro Mauazinho, que surgiu concomitante à instalação da Zona Franca e que será tratado mais especificamente na seção 2.2.

Apesar das expressões da questão social latentes nesse período marcado pelo declínio da economia extrativista e pelo processo de reprodução do capital, observado através dos discursos desenvolvimentistas daqueles que idealizaram a criação da ZFM, é notória a existência de uma experiência singular no que diz respeito à intervenção do Estado brasileiro, que mesmo com as peculiaridades regionais conseguiram registrar um significativo crescimento econômico entre as décadas de 1970 e 1980, com a contribuição do Amazonas para a elevação do PIB do Brasil, bem como para a produção industrial brasileira.

Porém, ainda que o Polo Industrial tenha experimentado um aumento significativo em seu faturamento, após o início da Terceira fase, percebeu-se que essa nova política contribuiu para a reestruturação produtiva, que será melhor abordada no item 1.3, ocasionando a precarização das relações de trabalho e para a formação do exército industrial de reserva.

Em síntese, a Zona Franca de Manaus passou por diversos estágios desde a sua implantação, sob o Decreto-Lei n. 288 de 1967, que previa o prazo de vigência por apenas 30 (trinta) anos.

Até então foram quatro prorrogações, sendo a última promulgada pela Emenda Constitucional n. 83/2014, concedendo os incentivos fiscais especiais até o

ano de 2073, fruto de articulações entre políticos, empresários e governantes, deixando visível a continuidade de uma unidade de interesses, articulada por classes dominantes e “[...] reproduzida pelos mecanismos políticos organicamente constituídos.” (OLIVEIRA, 2001, p.115).

Logo, se pararmos para analisar os efeitos causados pelo capitalismo, e mais especificamente pelo processo de industrialização, que culminou na formação da ZFM, iremos perceber que o discurso de integração nacional e de desenvolvimento da região é um artifício adotado pelo Estado, que mascara um consenso entre as diferentes classes, mas que acaba por beneficiar as grandes empresas instaladas no Polo Industrial de Manaus. Nesse sentido, é importante ressaltar que esse processo de unidade de vontades se configurou como um forte artifício, inclusive em tempos de crise, mas que em muito precisa avançar quando se fala da “classe-que-vive-do-trabalho”¹.

1.3 A reestruturação produtiva e formação do exército industrial de reserva

Nos itens anteriores foi abordada, principalmente, a questão do processo de industrialização do Brasil e o caso específico de Manaus e, para finalizar, no tópico 1.2 foi mencionada a “classe-que-vive-do-trabalho” e a atenção que esta merece.

Mas, antes disso, é necessário entender que o mundo do trabalho é permeado por contradições típicas do padrão de produção da sociedade, mais especificamente da sociedade capitalista, contradições essas que ao mesmo tempo em que são marcadas pela sociabilidade, também são permeadas pela alienação, exploração, precarização e tantos outros fatores que incidem diretamente na vida dos trabalhadores.

Em outras palavras, todo ato de trabalho nas sociedades dominadas pelo capital é mediado pela contradição entre as classes burguesa e proletária. Pois, agora, há dois momentos distintos do trabalho que são exercidos por indivíduos diferentes, e que pertencem a distintas classes sociais: ao trabalhar, o trabalhador deixa de lado suas necessidades enquanto pessoa humana e se converte em instrumento para a execução das necessidades de outrem. Ele entra no processo produtivo enquanto uma coisa, enquanto mera energia mecânica a ser gasta no processo produtivo: enquanto mera força de trabalho. Suas necessidades humanas são completamente

¹ Para Antunes (2009, p. 101), “[...] a expressão classe-que-vive-do-trabalho pretende dar contemporaneidade e amplitude ao ser social que trabalha, à classe trabalhadora hoje, apreende sua efetividade sua processualidade e concretude.”

desconsideradas. É assim que o trabalho se converte em trabalho assalariado/alienado pelo capital. (LESSA, 1999, p. 30).

É bem verdade que o capital sempre vai procurar formas para se expandir e, como foi visto, isso sempre vai ocorrer pela exploração dos trabalhadores, pois faz parte do seu processo de alienação.

O período de formação do proletariado brasileiro não significa a superação de questões que assolavam o trabalho antes da instituição do trabalho assalariado, pelo contrário, teve como características a exploração do trabalho infantil e da mulher, salários abaixo da média e superexploração da força de trabalho. Isso se justifica justamente pelo contingente do exército industrial de reserva, fazendo com que os trabalhadores se submetessem a condições adversas, ou seja, é uma forma de subordinação/de poder na relação capital x trabalho. Para Marx (2013, p. 858),

[...] se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa.

O pensamento de Marx demonstra que esses trabalhadores excedentes são fundamentais para a manutenção do sistema em que vivemos, mas também é verdade que o exército industrial de reserva começou a se formar antes do período de reestruturação produtiva. No caso específico do Brasil, passou a se constituir por ex-escravos, que nas palavras de Santos Neto (2015, p. 274), “[...] foram convertidos no contingente do exército industrial de reserva brasileiro porque se consideravam os migrantes europeus e asiáticos mais aptos ao mundo do trabalho assalariado e mais habilitados ao universo fabril.” Para esse mesmo autor

[...] a constituição do exército industrial de reserva revela que o desemprego é a parte inerente à anatomia do capital. Nessa perspectiva, as medidas reparadoras adotadas pelos diferentes governos burgueses, no sentido de interceptar o crescimento das taxas de desemprego, são inócuas e inúteis. O capital não pode resolver ou solucionar o desemprego, pois ele faz parte da própria essência do capital. (SANTOS NETO, 2015, p. 271).

Tal afirmativa pode ser asseverada ao fazer uma análise dos governos que fizeram parte do Brasil a partir da fase desenvolvimentista, descrita nos tópicos anteriores. Os planos elaborados abordavam questões como crescimento

econômico, contenção da crise, aumento das taxas de emprego, no entanto, o que se vê até os dias atuais é uma grande quantidade de desempregados estruturais.

Na verdade, a cada crise o capital precisa se reinventar. A exemplo disso temos o período da década de 1970, em que após vivenciar seus “anos dourados” o capitalismo entra em um quadro crítico motivado, entre outros fatores, pela baixa nas taxas de lucro e pela queda no crescimento da produção e da produtividade, dando sinais de que o modelo taylorista/fordista estava se esgotando, é a expressão da crise estrutural do capital, que para recuperar o seu ciclo reprodutivo precisa conciliar estratégias tanto no âmbito produtivo quanto de dominação da sociedade. Para tanto,

[...] o capital deflagrou, então, várias transformações no próprio processo produtivo, por meio da constituição das formas de acumulação flexível, do *downsizing*, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, em que se destaca especialmente o ‘toyotismo’ ou o modelo japonês. (ANTUNES, 2009, p. 49).

Em meados da década de 1980 o problema do endividamento externo afetou a economia brasileira, bem como impôs a necessidade de modernização da indústria, provocando a formação de um excedente de mão de obra, como foi o caso de Manaus. A esse respeito Meirelles (2012, p.71) acrescenta que,

[...] as empresas da Zona Franca de Manaus sentiram forte impacto em decorrência da abertura da economia, o que impôs a necessidade de modernização de seu parque industrial, gerou aumento de produtividade e de seu faturamento, mas com um aumento drástico do desemprego.

A partir daí vimos a inserção de inovações tecnológicas, que tornaram o processo produtivo mais ágil, entretanto, contribuíram para alterações significativas nas relações de trabalho, caracterizando o que chamamos de reestruturação produtiva.

Para Iamamoto (2014, p. 262)

[...] a reestruturação produtiva, a reforma do Estado segundo os parâmetros neoliberais, o agravamento da questão social manifesta nas multifacetadas formas da expressão das desigualdades social, vêm criando novas estratégias de seu enfrentamento por parte da sociedade civil organizada e do Estado.

Já Antunes (2009, p. 36), analisa que a reestruturação produtiva representa bem mais do que transformações no mundo trabalho, para além de características mais aparentes ela também é carregada de elementos destrutivos. Em suas palavras,

[...] quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital.

Além disso, com a transição do modelo taylorista/fordista para o toyotista esse processo destrutivo é verificado por intermédio das relações de trabalho, uma vez que incide diretamente na terceirização, no trabalho temporário, na intensificação da exploração, pois um único trabalhador pode operar várias máquinas e/ou desempenhar diversas funções, assim como a transferência do saber humano para o maquinário existente nas fábricas podem elevar a transformação do trabalho vivo para o trabalho morto.

Entretanto, não podemos considerar que o trabalho pode ser finito na sociedade em que vivemos, mas é necessário atentar para as transformações que vêm ocorrendo ao longo do tempo e o que isso acarreta para a classe trabalhadora.

Estamos falando de uma sociedade em que a precarização das relações de trabalho estão cada vez mais latentes, tendo em vista a crise vivenciada pelo capital e, conseqüentemente o seu pacote de reformas, nada atrativas para o trabalhador, pelo contrário, cada vez mais voltada para a classe burguesa. Compartilhando desse pensamento, Mota (2010, p. 159) enfatiza que entre a década de 1990 e a transição para os anos 2000 várias transformações vão contribuir para o

[...] processo de produção de mercadorias e realização do lucro [...]. Seus traços principais são: a flexibilização do trabalho e da produção, mediadas pela introdução de novas tecnologias, seja de materiais, seja de processos informacionais, determinando também novas modalidades de contratação da força de trabalho, dentre elas as terceirizações, que ocasionaram a supressão de direitos trabalhistas no bojo das formas de gestão do trabalho que se deram num ambiente de desregulamentação dos mercados, desterritorialização da produção e financeirização da economia.

A partir dessas transformações que envolvem o mundo do trabalho podemos considerar que, em virtude da necessidade ocasionada por alterações no setor

produtivo e pela questão do desemprego estrutural, as pessoas vêm desenvolvendo alternativas para a subsistência e geração de renda, tanto individualmente quanto coletivamente, com vistas à elaboração de estratégias que reflitam diretamente na melhoria da qualidade de vida.

Com relação às tendências, por estar diretamente relacionado aos sujeitos desse trabalho se faz necessário falar do terceiro setor², principalmente pelo fato deste absorver aqueles trabalhadores industriais ou do setor de serviços, sendo considerado uma alternativa frente ao desemprego. “Em verdade, ele é consequência da crise estrutural do capital, da sua lógica destrutiva vigente, bem como dos mecanismos utilizados pela reestruturação produtiva do capital visando reduzir trabalho vivo e ampliar trabalho morto.” (ANTUNES, 2009, p. 112).

Esse mesmo autor faz uma crítica ao terceiro setor, que apesar de se apresentar como uma alternativa frente ao desemprego e cumprir com a sua funcionalidade dentro da lógica do capital, não possui caráter efetivo e duradouro.

Tal crítica se faz necessária, tendo em vista que os trabalhadores incorporados neste setor acreditam que a atividade desempenhada é dotada de sentido social e muitas vezes o é, no entanto, estes também precisam ser levados a uma reflexão do seu papel e do papel de determinadas instituições no sistema em que vivemos, na perspectiva de superação do que está posto e na formação de uma outra sociabilidade.

1.4 O trabalho de catação no Brasil e seus aspectos legais

A problemática do lixo caminha na contramão do progresso e da evolução das formas de produção. Dessa forma, não podemos dissociar tal problemática do modo de produção em que vivemos, haja vista que a sua dimensão vai desde a substituição do homem por máquinas, da intensificação do consumo e, conseqüentemente, do aumento da produção do resíduo (domiciliar, comercial, industrial e eletrônico), da questão do desemprego e das alternativas encontradas pelos trabalhadores frente às transformações no mundo do trabalho.

² O texto está fazendo referência do Terceiro Setor enquanto alternativa ao desemprego, mas também faz parte da sua funcionalidade dentro da lógica do capital o aumento da desresponsabilização do Estado para dar lugar a respostas sob os moldes neoliberais, apesar de todo um aparato legal que foram conquistados a duras penas e que garante o direito à intervenção estatal frente às necessidades humanas.

Nesse contexto surge a figura do catador de material reciclável, que pode ser descrito como aquele trabalhador que coleta resíduos recicláveis³ em espaços públicos, mas também no âmbito privado. A denominação desses trabalhadores como tal nem sempre ocorreu de maneira adequada e, ainda hoje, é bastante comum a pronúncia do termo “catador de lixo”, muitas vezes utilizado de forma pejorativa.

A atividade exercida pelos catadores de materiais recicláveis está presente no cotidiano brasileiro há muitos anos. Os primeiros registros de tal atividade surgiram no século XIX, momento em que o Brasil passava por transformações sociais e políticas, principalmente no que diz respeito à substituição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, no intuito de atender aos interesses do capital.

Inicialmente a atividade era relacionada à figura do “garrafeira”, responsável pela coleta de garrafas e materiais ferrosos, mas essa “[...]” figura respeitada nos bairros e vilas das cidades, foi desaparecendo ao longo do tempo e dando lugar ao catador.” (PINHEL, 2013, p. 17).

Conforme já contextualizado, em virtude da necessidade ocasionada por alterações no setor produtivo e pela questão do desemprego estrutural as pessoas vêm desenvolvendo alternativas para a subsistência e geração de renda, tanto individualmente quanto coletivamente, encontrando na catação essa possibilidade. Por outro lado, infere-se que o trabalho dos catadores vai ser moldado de acordo com a sociedade em que vivemos, isso porque com o processo de expansão das indústrias, o modo de produção e a intensificação do consumo, os problemas relacionados aos resíduos também são agravados.

De acordo com o Relatório da Situação Social dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano de 2013, a temática relacionada ao tratamento adequado dos

³ Para melhor compreensão dos termos que serão utilizados no decorrer do trabalho se faz necessário esclarecer os conceitos de lixo, resíduo e rejeito. O termo “lixo” foi internalizado pela sociedade da forma como é abordado em nosso dicionário da língua portuguesa, ou seja, “[...] qualquer material sem valor ou utilidade, ou detrito oriundo de trabalhos domésticos, industriais etc, que se joga fora.” (HOUAISS, 2009, p. 1190). De acordo com Andrade (2014, p. 48) resíduo “[...] é aquilo que é percebido tendo como valor econômico, podendo ser reaproveitado, reutilizado ou reciclado”, sendo classificado ainda como recicláveis (papéis, metais, plásticos, vidros, etc) ou orgânicos (restos de alimentos, podas de jardinagem, alguns resíduos de origem industrial). Já o rejeito pode ser denominado como “[...] qualquer material visto como sem nenhum valor econômico ou utilidade, especialmente após esgotadas tais possibilidades em decorrência do tratamento ou recuperação ao qual o material foi submetido” (ANDRADE, 2014, p. 48), sendo este último o que mais se aproxima do conceito de lixo.

materiais tidos como recicláveis ganhou maior destaque a partir dos debates acerca da questão ambiental como preocupação global, sobretudo com o início da década de 1980, após quase 10 (dez) anos da realização da Conferência de Estocolmo (1972)⁴, que foi organizada no intuito de dar vistas às questões do meio ambiente, abrindo os olhos da sociedade para o atendimento das suas necessidades atuais sem comprometer o bem-estar das gerações futuras.

Dessa forma, os catadores começaram a se organizar em associações e/ou cooperativas, tendo seu primeiro registro no município de São Paulo. Em 1989, a Cooperativa de Catadores de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare) surgiu de um projeto de auxílio à população em situação de rua, com uma formação inicial de 20 (vinte) catadores, tendo sua legitimidade reconhecida pelo município, que promulgou um decreto reconhecendo o trabalho do catador como atividade profissional e garantindo o direito ao trabalho. Atualmente, a cooperativa conta com aproximadamente 200 (duzentos) catadores, entre cooperados, associados e avulsos, que além do trabalho também participam de projetos e cursos que objetivam a valorização e o reconhecimento desses trabalhadores (COOPERATIVA DE CATADORES DE PAPEL, APARAS E MATERIAIS REAPROVEITÁVEIS, [2016?]).

Outro grupo que merece destaque é a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte (Asmare), criada em 1990, fruto da “[...] mobilização e capacitação dos catadores, realizado pela Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte.” (ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE PAPEL PAPELÃO E MATERIAL REAPROVEITÁVEL, 2013). A Asmare configura um modelo para a composição de outros empreendimentos pelo Brasil, bem como para a implementação de políticas públicas próprias para essa categoria. Hoje conta com aproximadamente 180 (cento e oitenta) catadores e está organizada em núcleos que se dividem em: núcleo de beneficiamento de materiais, núcleo de eventos sustentáveis, núcleo de cultura e núcleo de arte.

A partir de então os catadores ganharam maior representatividade e passaram a se articular enquanto categoria por intermédio do Movimento Nacional

⁴ Dando continuidade à agenda de eventos importantes tem-se a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92, onde foram debatidos os principais temas que vão de encontro aos problemas ambientais, tendo como resultado a elaboração da Agenda 21, com estratégias a serem adotadas pelos países envolvidos, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Fundado no ano de 2001, o MNCR vem contribuindo significativamente para dar visibilidade aos catadores, a exemplo da formulação da chamada “Carta de Brasília” em que foram expostas demandas e necessidades dos catadores, divididas em três eixos:

- 1- Em relação ao poder executivo, com propostas que previam recursos da assistência social e políticas de subsídios para os empreendimentos dos catadores, dentre outras;
- 2- Referente à cadeia produtiva, de forma a garantir o acesso e o domínio da cadeia de reciclagem;
- 3- Em vista da cidadania da população em situação de rua, de forma que esta tenha, de fato, direito à cidade e acesso às políticas públicas habitacionais, de saúde, de educação e de assistência social (CONGRESSO NACIONAL DOS CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, 2001).

Para o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, os catadores são fundamentais para o processo da reciclagem, pois são os grandes responsáveis em coletar, classificar e dar o destino certo aos materiais que irão retornar para a cadeia produtiva.

A importância desses atores foi reiterada na “Segunda Carta de Brasília”, formulada por ocasião da 8ª Expocatadores, realizada em 2017. Nela o MNCR reconhece os avanços obtidos pela categoria em termos de legislação e capacitação, mas enfatizar a necessidade de aprimorar o modelo de organização, levantando a bandeira da Reciclagem Popular e o controle da cadeia produtiva, bem como a importância de projetos que garantam a sustentabilidade do movimento.

Cabe ressaltar que, apesar de não ter o devido reconhecimento esses sujeitos são de extrema relevância para a cadeia produtiva, pois trabalham na perspectiva de transformação de algo tido como inútil em uma nova mercadoria, ou seja, atuam na base da coleta seletiva, além de exercerem um papel estratégico na função de educadores ambientais, uma vez que são conhecedores dos impactos ambientais causados pelo descarte incorreto dos resíduos, assim como as consequências para o meio ambiente à longo prazo.

A esse respeito, Magalhães (2012, p.14) enfatiza que tal transformação proporciona “[...] benefícios positivos para a natureza e para a sociedade, já que

promovem a economia de recursos naturais e de espaços para o armazenamento dos resíduos.”

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013, p. 19), os catadores “[...] são responsáveis por quase 90% de todo o material que chega a ser reciclado no Brasil”, porém são os trabalhadores que menos recebem, sendo perceptível a situação de miséria em que a grande maioria se encontra.

Silva (2010, p. 131), ressalta que

[...] paradoxalmente às altas cifras que envolvem a transação de reciclados, o catador se apresenta alheio à rentabilidade deste setor, sendo insuficientemente atendido pelos programas assistenciais do governo e estando apartado das condições legais de proteção do trabalhador e sua família.

Em suma, o contexto histórico apresentado principalmente no que diz respeito ao modelo de acumulação do capital e às transformações no mundo trabalho contribuiu para que os catadores de materiais recicláveis encontrassem nessa atividade uma oportunidade de trabalho, visando suprir suas necessidades básicas e imediatas.

De acordo com dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgados no Relatório da Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável, no ano de 2010 existiam 21.678 (vinte e um mil seiscentos e setenta e oito) catadores na região norte do Brasil, sendo 4.994 (quatro mil novecentos e noventa e quatro) no estado do Amazonas (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013, p. 44).

O número acima mencionado pode ser muito mais elevado ao considerarmos a fragilidade da pesquisa realizada, tendo em vista fatores como a desconsideração do trabalho de catador como atividade principal, catadores que vivenciam a mesma realidade da população em situação de rua, bem como a falta de reconhecimento desses trabalhadores, contribuindo para a invisibilidade perante a sociedade.

Essa realidade se estende por todo o Brasil, apesar de termos uma grande quantidade de pessoas que trabalham como catadores de materiais recicláveis, mais especificamente 387.910 (trezentos e oitenta e sete mil novecentos e dez), conforme dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010 (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013, p. 44).

Na esperança de haver uma mudança na realidade descrita, alguns avanços já foram alcançados em termos de aparatos legais a nível nacional, sendo dispostos na forma que segue:

- Inserção dos Catadores de Material Reciclável na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o código 5192-05, a partir do ano de 2002, que classifica os catadores de materiais recicláveis como aqueles que “[...] catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis.” (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, 2002).
- Decreto n. 5.940/2006, que prevê “[...] a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta” (BRASIL, 2006) e o repasse para associações e cooperativas dos catadores;
- Lei n. 11.445/2007, a Lei de Saneamento Básico, que em seu artigo 57 prevê a alteração da redação do inciso XXVII, caput do art. 24, da Lei n. 8.666/93, que torna legal a contratação de associações e cooperativas para atuar em áreas da coleta seletiva;
- Estabelecimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em vigor desde o ano de 2010. A PNRS preconiza dentre suas principais metas, a extinção dos lixões com a inclusão e emancipação econômica dos catadores, o incentivo à criação e ao desenvolvimento de associações e cooperativas, inclusive em termos de infraestrutura e aquisição de equipamentos, concessão de incentivos fiscais e financeiros, além da inserção dos catadores como aliados na gestão dos materiais recicláveis em todo país;
- Decreto n. 7.404/2010, que regulamenta a PNRS e em seu artigo 40 ressalta que as cooperativas e associações de catadores devem ser prioridades para o sistema de coleta seletiva e para a logística reversa.⁵

De fato, são normativas que em muito poderiam contribuir para o trabalho dos catadores de materiais recicláveis e ocasionar mudanças significativas na realidade

⁵ De acordo com a PNRS, a logística reversa é o “[...] instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.” (BRASIL, 2010b).

em que a maioria se encontra. No entanto, essa realidade ainda não foi alcançada, podendo estar relacionada às relações de poder devido às altas cifras que movimentam o mercado da limpeza urbana e o gerenciamento dos resíduos sólidos, assim como a ressignificação dada ao catador. Dessa forma, verifica-se que

[...] além da permanência de visões estereotipadas e preconceituosas quanto aos catadores e também quanto à capacidade organizacional das associações de catadores – remetendo a eles sempre um papel de fragilidades, baixa efetividade no trabalho, inconstância e incompetência gerencial, e incapacidade de trabalhar em larga escala na gestão de resíduos sólidos urbanos -, outros elementos dificultam o diálogo mais equilibrado entre atores do Estado, das empresas e da sociedade civil, incluindo-se aí os catadores e o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). (TEODÓSIO; DIAS; SANTOS, 2016, p. 30).

Como foi exposto anteriormente, os catadores de materiais recicláveis, geralmente, exercem suas atividades de forma autônoma e em cooperativas ou associações. Tal característica pode contribuir para melhorias, no sentido de os catadores contarem com um número significativo de pessoas reunidas almejando objetivos comuns.

Höfling (2001, p. 39) destaca que,

[...] indiscutivelmente, as formas de organização, o poder de pressão e articulação de diferentes grupos sociais no processo de estabelecimento e reivindicação de demandas são fatores fundamentais na conquista de novos e mais amplos direitos sociais, incorporados ao exercício de cidadania.

Porém, observa-se que apesar da organização e da luta empreendida pelos catadores o cenário atual aponta para um conjunto de desafios quanto à sua valorização, necessitando de respostas urgentes do Estado, tendo em vista que muitos grupos ainda são “invisíveis” perante a sociedade, contribuindo para a dificuldade de garantias em torno do trabalho que exercem, assim como de acesso a bens e serviços sociais para si e sua família.

CAPÍTULO 2 MODO DE VIDA E TRABALHO DOS CATADORES NA AMAZÔNIA

Vista como Terra da Promissão, Celeiro do Mundo, Pulmão do Mundo, Grande Lago, Inferno Verde, Deserto Vermelho, a Amazônia oscila entre o céu da promessa e o inferno traduzido pela cor rubra, preconizada nos vários discursos de alguns arautos, que, à sua floresta ou à região, intentam registrar-lhe o destino. (ANDRADE, 2014, p. 68, grifo do autor).

Ao imaginar a Amazônia logo vem à memória toda a questão ambiental e sua influência sobre todo o planeta, sobretudo a partir de 1960 quando o desmatamento ganhou maior evidência.

Mas para além dos aspectos relacionados ao meio ambiente, também há que se fazer uma reflexão acerca do modo de vida e do trabalho na Amazônia, uma vez que estes apresentam algumas peculiaridades e trazem em seu bojo aspectos históricos e culturais, que precisam ser evidenciados e considerados no desenvolvimento de pesquisas.

2.1 A organização do trabalho de catação na cidade de Manaus e seus aspectos legais

Manaus é a capital do estado do Amazonas e está localizada na região norte do país, à margem esquerda do Rio Negro. De acordo com dados do IBGE, a estimativa da população no Estado do Amazonas em 2017 era de 4.063.614 (quatro milhões, sessenta e três mil e seiscentos e quatorze) habitantes, sendo 2.130.264 (dois milhões, cento e trinta mil e duzentos e sessenta e quatro) concentrados só na capital, sendo considerada a maior da região e com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 0,737.

De acordo com o contexto apresentado anteriormente verificou-se que uma combinação de fatores, que envolvem mudanças oriundas do processo de expansão das indústrias, do modo de produção e do desemprego cada vez mais crescente contribuíram para que algumas atividades ganhassem maior evidência e começassem a se organizar, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis.

Na cidade de Manaus esses trabalhadores se organizam junto ao Comitê Regional de Catadores, que possui vinculação com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Segundo Chaves e Rodrigues (2016, p. 88) essa formalização ocorreu no ano de 2010,

[...] após o primeiro encontro estadual de catadores em Manaus, e que tem como objetivo fortalecer o associativismo e cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis, fundamentados na Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, PNRS [...].

Em consulta realizada ao Plano de Resíduos Sólidos e Coleta Seletiva da Região Metropolitana de Manaus, de 2016, constatou-se que existiam 16 (dezesesseis) organizações de catadores de materiais recicláveis, estando dispostas em associações, cooperativas e grupos independentes. No entanto, de acordo com pesquisas contidas no banco de dados do Grupo Inter-Ação e com o resultado de uma dissertação apresentada recentemente ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, legalmente vinculadas ao Comitê Regional dos Catadores de Materiais Recicláveis de Manaus são apenas 09 (nove) organizações, conforme pode ser observado no Quadro 1:

Quadro 1- Organizações vinculadas ao Comitê Regional

Identificação	Bairro	Zona	Tipo de instituição	Ano de criação	Quantidade aproximada de catadores
ACR	São Jose	Leste	Associação	1999	20
Coopcamam	Santa Etelvina	Norte	Cooperativa	1999	20
Coopecamare	Jorge Teixeira	Leste	Cooperativa	1996	25
Eco-Cooperativa	Rio Piorini	Norte	Cooperativa	2009	25
Eco-Recicla	Mauazinho	Leste	Associação	1999	30
Filhos de Guadalupe	Vale do Sinai	Norte	Associação	2003	30
Nova Recicla	São José	Leste	Associação	2010	25
Recicla Manaus	Centro	Sul	Associação	1999	25
Reciclar da Vida	Parque Riachuelo	Norte	Associação	2006	40

Fonte: Costa (2017, p. 75).

Para “legitimar” o trabalho dos catadores de materiais recicláveis e ficar de acordo com o que preconiza as normativas federais foram criados alguns dispositivos legais a nível estadual e municipal que, a princípio, se constituem como importantes instrumentos, tendo em vista a luta desses trabalhadores por espaço, reconhecimento e visibilidade.

O Plano Diretor Municipal de Resíduos Sólidos de Manaus (PDRS-Manaus) foi aprovado por meio do Decreto n. 1.349, de 9 de novembro de 2011 (MANAUS, 2011). O seu conteúdo aborda a importância de atentar para a realidade local, assim

como a necessidade de garantir que o plano, de fato, seja implementado e executado, promovendo o envolvimento e a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis.

O PDRS-Manaus considerou que as organizações de catadores existentes em Manaus realizam a coleta e a triagem de materiais recicláveis de forma precária e, para isso, previu a realização de acordos de instituições públicas e privadas com essas organizações, visando o fortalecimento dos catadores. Além disso, também destacou:

- fomento das organizações de catadores como executores da coleta seletiva, com dispensa à licitação;
- qualificação profissional sob os moldes da Rede de Tecnologia Social (RTS), ou seja, seria realizada uma “[...] incubação da rede de catadores como um empreendimento social.” (MANAUS, 2011, p. 25);
- parcerias com órgãos públicos, de forma que os catadores tenham acesso aos materiais recicláveis de instituições que compõem a administração direta, empresas públicas e estatais;
- formalização e legalização das organizações;
- estruturação de galpões e das unidades de triagem.

A proposta para o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Manaus (PMGIRS), elaborada pela Secretaria Municipal de Limpeza Pública (SEMULSP) em 2015, seguiu a mesma lógica contida no PDRS.

O PMGIRS prevê a inclusão socioeconômica/socioprodutiva dos catadores, bem como apresenta a proposta de ampliação da coleta seletiva e contratação de associações e cooperativas que operam nos galpões. Porém, não deixa claro se as organizações beneficiadas seriam apenas aquelas que receberam os galpões da prefeitura, ou seja, 07 (sete) associações e cooperativas.

O Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Amazonas (PERS-AM), elaborado em 2015 apresenta a “[...] situação atual do gerenciamento e manejo dos resíduos sólidos no Estado” (AMAZONAS, 2015, p. 717) e, no que diz respeito aos catadores de materiais recicláveis organizados em associações e cooperativas destaca as seguintes ações:

- encaminhamento dos materiais secos, provenientes da coleta seletiva, aos galpões;
- inclusão das organizações na cadeia formal de aproveitamento dos resíduos sólidos urbanos;

- formação e capacitação técnica;
- prioridade na contratação para a realização do serviço de coleta seletiva;
- incentivos financeiros e fiscais;
- criação de um “fundo de reciclagem estadual” para o financiamento de projetos;
- estímulo à formalização das organizações, de modo que estas atendam os critérios para a prestação de serviços ao município em que se localizam;
- viabilização de assessoria técnica social e operacional;
- apoio à estruturação com a aquisição de veículos, equipamentos e galpões.

Já o Plano de Resíduos Sólidos e Coleta Seletiva da Região Metropolitana de Manaus (PRSCS-RMM), produzido em 2016, apresentou um histórico e dados relevantes de estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Grupo Inter-Ação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Semulsp, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outras importantes instituições, que culminaram na realização do diagnóstico do referido plano.

As ações dispostas no PRSCS-RMM foram extraídas do Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Amazonas, portanto não há necessidade de repeti-las aqui, contudo, cabe ressaltar que para a efetivação de tais ações foi considerado que uma das medidas mais rápidas seria a adesão do Estado do Amazonas ao Programa Pró-Catador, Decreto n. 7.405/2010, do Governo Federal que possui a

[...] finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento. (BRASIL, 2010b).

É fato que a Política Nacional de Resíduos Sólidos abriu espaço para a elaboração de uma série de outros instrumentos legais a nível federal, estadual e municipal, que fazem parte das conquistas das lutas empreendidas pelo movimento dos catadores.

Mas o que falta para que todas essas normativas estejam em pleno vigor? Onde estamos esbarrando?

Não existe uma resposta fechada para este questionamento, pois não estamos lidando com uma questão simples e tampouco recente, mas algumas medidas podem ser adotadas para que as legislações existentes sejam cumpridas

de fato. A primeira delas (e talvez a mais importante) é a vontade política, seguida de fiscalização, planejamentos a longo prazo, cumprimento das responsabilidades pelos atores listados na lei, informação/educação para a população e articulação das políticas. Afinal, a questão principal não é sobre resíduos e sim sobre pessoas.

Diante dessa breve exposição de como o trabalho de catação é organizado na cidade de Manaus, bem como das principais legislações que contemplam os catadores de materiais recicláveis, faz-se necessário adentrar no universo da Associação Eco-Recicla e dos trabalhadores que a compõem, pois assim toda a contextualização realizada até aqui ganha materialidade.

2.2 Um breve retrato dos catadores da Associação Eco-Recicla

De acordo com Chaves e Rodrigues (2016), a Associação Eco-Recicla foi criada em novembro de 2004, tendo em vista as dificuldades que os catadores que coletavam materiais na região central estavam passando, a respeito da organização sociopolítica e da exploração dos atravessadores⁶.

Após um processo de organização e acompanhamento dos catadores, a Eco-Recicla foi formalizada na data de 29 de abril de 2007, configurando-se como uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, tendo como objetivo

[...] desenvolver trabalhos de reciclagem, promover a melhoria socioeconômica dos (as) trabalhadores (as) da atividade de coleta e beneficiamento de material reciclável e reaproveitável (orgânicos e inorgânicos); melhorar a qualidade de vida da população, através das atividades coletivas, voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza. (CHAVES; RODRIGUES, 2016, p. 90).

Sua sede está localizada na Avenida Rio Negro, n. 11, Bairro Mauazinho, na área externa da Igreja Presbiteriana Shalom e, por ocasião da pesquisa realizada em 2017, a Eco-Recicla contava com 14 (quatorze) catadores efetivos, que se dividem nas atividades de coleta no bairro, no Ponto de Entrega Voluntária (PEV)⁷ do Parque do Mindu, na Estação Fluvial da Marinha e demais instituições que solicitam o trabalho, além do serviço de triagem e venda dos materiais coletados.

⁶ Atravessadores são comerciantes que compram materiais recicláveis dos catadores a um valor abaixo da média e, posteriormente, realizam a venda para empresas de reciclagem por preços mais altos.

⁷ Os PEV's "[...] são plataformas que reúnem contenedores dispostos ao solo para recebimento de materiais recicláveis, disponibilizados para a coleta seletiva. São pontos que otimizam o gerenciamento dessas frações específicas de resíduos." (MANAUS, 2011, p. 19).

Frente a isso, visando o alcance dos objetivos propostos, foi realizada a pesquisa de campo com os catadores associados e ativos na associação, sendo utilizada para obtenção de dados entrevistas semiestruturadas, com adoção dos roteiros, além da observação participante, que permitiu apresentar um retrato da realidade vivenciada pelos catadores de materiais recicláveis.

Dentre os (as) entrevistados (as) 71% eram do sexo feminino e 29% do sexo masculino, o que demonstra uma representatividade significativa das mulheres no trabalho de catação, contrapondo à pesquisa⁸ do IPEA referente aos catadores da região Norte, em que o Amazonas aparece com uma predominância masculina (59%) nas atividades.

É bem verdade que

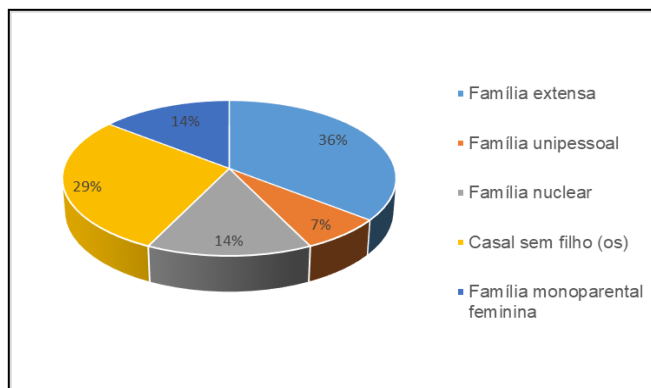
[...] a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro, intensificou-se a partir da década de 70, em um contexto de expansão da economia com acelerado processo de industrialização e crescente urbanização. Prosseguiu na década de 80, apesar da estagnação da atividade econômica e deterioração das oportunidades de ocupação, e, na primeira metade dos anos 90, período que se caracterizava pela intensa abertura econômica, os baixos investimentos e a terceirização da economia, continuou a tendência crescente à incorporação da mulher na força de trabalho. (LEONE, 2000, p. 85).

A inserção da mulher no mercado de trabalho também contribui para transformações na hierarquia familiar, tendo em vista a perda de hegemonia do patriarcado em nossa sociedade, os anos de lutas e reivindicações proferidos pelo Movimento Feminista, assim como vários outros fatores relacionados ao sistema capitalista.

As configurações familiares observadas a partir da pesquisa refletem bem esse cenário, visto que essas mudanças vão contribuir para uma variedade de tipos de famílias, conforme pode ser observado no Gráfico 1, em que sobressai a presença de famílias extensas (aquelas constituídas pela base nuclear e por parentes diretos, com base legal descrita no Artigo 25, parágrafo único, do Estatuto da Criança e do Adolescente) e de casais sem filhos (caracterizada pela convivência de duas pessoas casadas ou que mantém um regime de união estável), seguido das família nuclear (composta pelos pais e filhos), família monoparental feminina (formada pela mãe e seus filhos) e família unipessoal (representada por uma só pessoa).

⁸ Dados extraídos do Relatório da Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável: Região Norte. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013).

Gráfico 1- Configuração familiar dos catadores



Fonte: Elaborado por Alinne Souza - Pesquisa de campo, 2017.

Outro dado importante acerca das referidas configurações familiares é que excetuando a família unipessoal, as famílias extensas e monoparentais femininas (50% das entrevistadas) possuem a figura da catadora como principal provedora do sustento da família, sendo que 71% dessas são compostas por quatro a oito pessoas. Já as famílias nucleares e os casais sem filhos (42% dos (as) entrevistados (as)) caracterizam-se pelo fato da mulher e do homem exercerem a atividade de catação juntos. Com base nesses dados, a reflexão acerca do papel da mulher se faz necessária, tendo em vista que

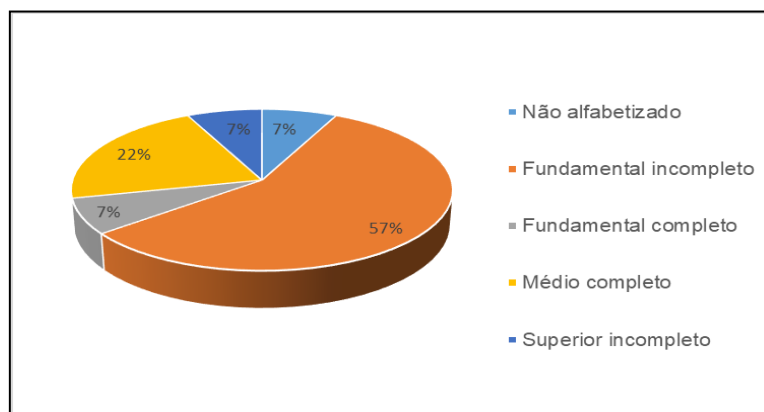
[...] a situação das mulheres na catação é mais complexa que a dos homens, pois o significativo percentual de mulheres, que são provedoras do sustento familiar, têm a responsabilidade de garantir o provimento do grupo familiar numeroso e o baixo nível de renda mensal tornam-se desafios constantes no âmbito do trabalho feminino no processo de catação, exigindo das mesmas, além da dupla jornada de atender as demandas domésticas, a necessidade de estabelecer, num espaço de trabalho que exige muito esforço físico e insalubridade, suas habilidades de gerenciamento, organização política e superação do preconceito de gênero numa sociedade balizada pela existência da cultura machista. (CHAVES; RODRIGUES, 2016, p. 100).

No que tange à idade dos entrevistados, observou-se que 21% são jovens⁹ entre 19 a 22 anos, 29% possuem entre 44 a 50 anos e 50% informaram ter entre 57 a 70 anos, o que nos remete a questão da inserção dessas pessoas no mercado de trabalho formal e a incapacidade desse em absorver esses trabalhadores, principalmente pela questão da idade elevada. Outro fator que também chama atenção é o fato dessas pessoas que têm a idade avançada e exercem a atividade de catação que, de certa forma, exige esforço físico.

⁹ Considera-se jovem a pessoa com idade entre 15 a 29 anos, de acordo com o Artigo 1º, § 1º do Estatuto da Juventude, Lei n. 12.852 (BRASIL, 2013a).

Em relação à escolaridade, constatou-se que 57% dos entrevistados tinham o ensino fundamental incompleto e que somente 29% destes concluíram o ensino médio (Gráfico 2). Cabe ressaltar que durante a realização da pesquisa nenhum catador estava estudando e as motivações estavam relacionadas à falta de oportunidade, necessidade de trabalhar, problemas de saúde e até a falta de interesse ocasionada por problemas na família. No entanto, 93% manifestaram interesse em continuar os estudos, sendo justificado pela necessidade de concluir o ensino básico para, posteriormente, cursar uma faculdade, adquirir conhecimento, bem como aumentar a possibilidade de inserção no mercado de trabalho formal, ainda que o trabalho de catação já tenha obtido o devido reconhecimento.

Gráfico 2- Escolaridade



Fonte: Elaborado por Alinne Souza - Pesquisa de campo, 2017.

Diante desses resultados e das justificativas apresentadas é possível apreender que a baixa escolaridade dos catadores está mais relacionada à falta de oportunidade e de políticas voltadas para a educação básica desse público, haja vista que quando se trata daqueles que possuem o ensino fundamental completo os catadores estão abaixo da média nacional, que de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua de 2016 é de 51% (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2017).

No que se refere aos aspectos habitacionais, a pesquisa revelou que 71% dos entrevistados residem em casa própria e 29% em moradias cedidas, sendo que 50% das residências possuem a estrutura em alvenaria, 21% em madeira e 29% são mistas, todas localizadas no bairro Mauzinho, que está localizado na zona leste da cidade de Manaus, com origem no ano de 1968, a partir de uma ocupação nas proximidades do Rio Mauá, mesmo período em que se inicia a instalação da Zona Franca de Manaus. O

processo de formação do bairro foi marcado por entraves estabelecidos pela SUFRAMA, uma vez que esta alegava a posse de terra, perdurando tal situação de “ilegalidade” até o ano de 1986, quando a Prefeitura o legitimou por intermédio da Lei n. 1.840. A esse respeito, Luna (2011, p. 75) destaca que

[...] em 1984, a SUFRAMA voltou a revidar, utilizando desta vez tratores e com o auxílio da polícia tentou novamente a retirada dos moradores, que por sua vez, persistiram na permanência, e em 1986 a Prefeitura Municipal decidiu acatar as reivindicações dos moradores e reconheceu a existência do bairro Mauazinho, por meio da Lei n.º 1.840, assim os moradores conquistaram serviços básicos entre eles, água encanada, energia elétrica, escolas e o primeiro posto de saúde.

Dentre os serviços básicos que fazem parte da infraestrutura do bairro, constatou-se que todos os entrevistados (100%) possuem acesso à água e energia elétrica via rede pública de abastecimento, no entanto, quando se trata de esgotamento sanitário esse número reduz para 64% dos catadores, que informaram possuir fossa séptica em suas residências, demonstrando que o bairro ainda precisa avançar para suprir a necessidade desse serviço que é essencial.

Quanto à presença dos bens duráveis por domicílio verificou-se o seguinte panorama:

Quadro 2 - Acesso aos bens duráveis

Item	Quantidade	Item	Quantidade
Máquina de lavar	7% não possui 93% possuem	TV	29% não possuem 71% possuem
Geladeira	21% não possuem 79% possuem	Rádio	36% não possuem 64% possuem
Ar-condicionado	71% não possuem 29% possuem	Telefone residencial	100% não possuem
Ventilador	100% possuem	Telefone celular	7% não possuem 93% possuem
Fogão	100% possuem	Computador	93% não possuem 7% possui

Fonte: Elaborado por Alinne Souza - Pesquisa de campo, 2017.

Falar sobre alguns bens duráveis é importante, pois envolve o bem-estar tanto dos catadores, quanto dos seus familiares e, mais ainda, os bens que

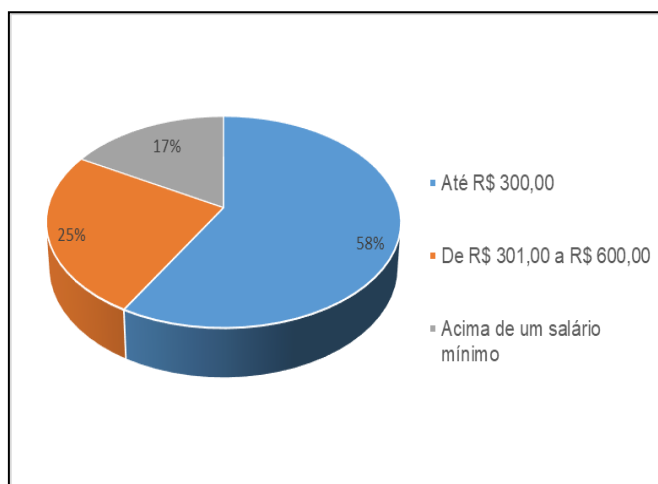
aparecem no Quadro 2 também podem representar a economia do tempo gasto nos afazeres domésticos, como é o caso da máquina de lavar e do fogão, o acesso à informação, bem como proporcionar um certo conforto em relação ao clima, quando se fala no ar-condicionado e no ventilador, tendo em vista o calor amazônico.

Quanto à posse do telefone fixo e do computador observou-se que a realidade dos entrevistados condiz com os aspectos nacionais, tendo em vista que de acordo com o PNAD de 2015 houve uma redução no total de domicílios com acesso a esses bens, que pode estar sendo motivada pelo uso crescente do telefone móvel (celular) e do uso de computador em outros locais, como por exemplo em *lan houses*.

Para finalizar esse item os entrevistados responderam às questões relacionadas ao trabalho e à renda obtida, configurando-se uma dimensão essencial para complementar alguns aspectos que já foram abordados e que ainda serão tratados no tópico 2.3 e no último capítulo.

No que diz respeito à renda obtida do trabalho de catação, apenas um entrevistado optou por não informar sua renda e outro relatou não ter um valor fixo. Entre os demais foi possível averiguar que 83% recebem menos de um salário mínimo (gráfico 3), que no período da entrevista era de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais). Tal situação, se comparada à pesquisa realizada pelo Grupo Inter-Ação em 2014, demonstra que houve uma inversão em relação aos que ganham menos (76%) e mais (24%) que um salário mínimo (CHAVES; RODRIGUES, 2016).

Gráfico 3- Renda obtida com o trabalho de catação



Fonte: Elaborado por Alinne Souza - Pesquisa de campo, 2017.

De acordo com o MNCR o fato de a renda do trabalho dos catadores ter diminuído nos últimos anos tem relação direta com a crise financeira, que afetou o setor de reciclagem e, conseqüentemente, contribuiu para a queda no valor das *commodities* de materiais recicláveis (MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, 2009), conforme pode ser observado na Quadro 3, que demonstra os materiais que hoje são coletados pelos catadores da Eco-Recicla e o valor de venda desses, acrescenta-se a essa informação o fato de que o referido valor pode sofrer alteração se os materiais forem deixados diretamente nas empresas de reciclagem ou se tais empresas vão até a sede da associação.

Quadro 3 - Materiais coletados e preço de venda

MATERIAL ¹⁰	VALOR DE VENDA POR KG
Papelão	R\$ 0,21
Papel	R\$ 0,35
Papel Misto	R\$ 0,21
Alumínio (embalagens, latinhas)	R\$ 3,30
Tetra Pak	R\$ 0,28
Pet	R\$ 0,60
Plástico mole (PEBD)	R\$ 1,40
Plástico duro (PEAD)	R\$ 1,00 (branco) R\$ 0,50 (colorido)
Ferro	R\$ 0,13

Fonte: Elaborado por Alinne Souza - Pesquisa de campo, 2017.

Diante dessa situação, além do trabalho de catação, 57% dos catadores informaram que exercem outras atividades remuneradas como forma de complemento da sua renda. Ressalta-se que tais atividades também são de caráter informal, quais sejam: costura, banca de venda de comida, revenda de cosméticos, faxina, brechó de roupas, capinação, cuidadora de criança e no âmbito da construção civil.

¹⁰ No que diz respeito aos materiais listados é importante descrever o significado de alguns deles, quais sejam: 1) Tetra Pak- embalagem cartonada que em sua composição leva papelão, alumínio e plástico PEBD, mais conhecida como “longa vida”; 2) Plástico mole ou Polietileno de Baixa Densidade (PEBD) - plástico flexível e leve; 3) Plástico duro ou Polietileno de Alta Densidade (PEAD)- é um plástico inquebrável e rígido (EQUIPE ECYCLE, [2017?]).

Importa salientar ainda que os dados apresentados podem abrir uma série de reflexões. A primeira delas refere-se à realização de múltiplas jornadas de trabalho pelos entrevistados, indicando que o valor obtido com a catação não é suficiente para atender as necessidades básicas dos catadores e de seus dependentes. A segunda diz respeito à urgência em definir um conjunto de políticas públicas que sejam voltadas para os catadores de materiais recicláveis, pois percebe-se que a existência de alguns dispositivos legais, que asseguram o trabalho dos catadores, ainda são incipientes e precisam ser articulados às demais políticas, mas isso será tratado melhor no último capítulo.

2.3 O trabalho dos catadores de materiais recicláveis na Associação Eco-Recicla

A abordagem do processo histórico acerca da atividade dos catadores de materiais recicláveis já apontou que esses trabalhadores vêm acompanhando o processo de urbanização do país e encontram no trabalho de catação uma alternativa para enfrentar a falta de acesso ao mercado de trabalho formal.

Por outro lado, é perceptível que os catadores encontram nas associações e cooperativas a possibilidade em obter alguns benefícios que não seria possível conseguir individualmente.

A esse respeito Bortoli, Reis e Teles (2016, p. 2) acrescentam que

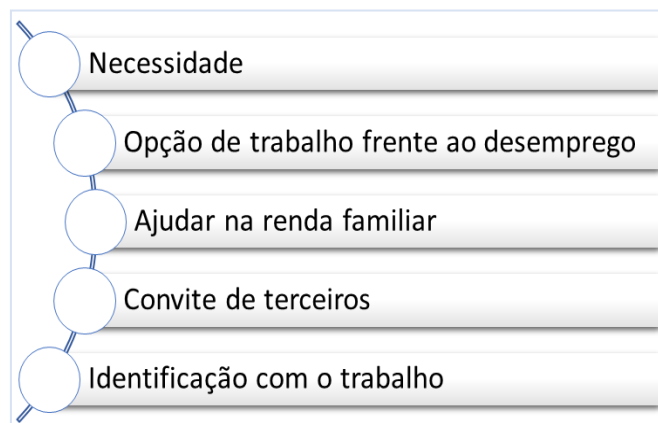
[...] os catadores irão disputar as formas associativas e cooperativas para garantir condições de vida e trabalho em um contexto de desenvolvimento tecnológico que compete para o avanço da precarização das condições de trabalho e da desregulamentação dos direitos dos trabalhadores.

No caso da Eco-Recicla foi possível perceber que 14% dos catadores iniciaram o trabalho de catação de forma avulsa e, posteriormente, passaram a ser associados, enquanto os que fazem parte dos 86% sempre realizaram suas atividades ligados à associação.

No que diz respeito ao tempo de associado, verificou-se que 57% dos catadores ainda possuem uma relação recente com a organização, compreendendo um período de menos de 01 (um) ano até 05 (cinco) anos, seguido de 36% entrevistados que estão na associação há mais de oito anos e 7% que informou um período superior ao de existência da referida associação.

Os motivos pelos quais os entrevistados começaram a desenvolver o trabalho de catação são variados, conforme pode ser observado na Figura 1.

Figura 1- Motivos para iniciar o trabalho de catação



Fonte: Elaborado por Alinne Souza - Pesquisa de campo, 2017.

Entretanto, o que ficou subentendido tanto nas respostas dadas, quanto pela observação realizada durante o contato com os catadores tem relação com o que vem sendo abordado desde o primeiro capítulo, ou seja, essas pessoas fazem parte do que Antunes (2009) vai chamar de “monumental exército industrial de reserva” e de uma tendência de exclusão daqueles que são considerados jovens e “velhos” pelo capital, sendo que esses últimos são aquelas pessoas acima de 40 anos e que dada a condição de desemprego não conseguem se realocar no mercado de trabalho.

Outra questão que também chamou atenção, está na resposta dada por um dos informantes, pois o mesmo percebeu a necessidade de organizar melhor a associação, deixando o seu trabalho principal em segundo plano.

Eu trabalhava na construção civil e minha esposa já era catadora antes, né?! Eu via o sofrimento deles, do pessoal, e eu disse: “um dia vou ser presidente dessa associação!”. Graças à Deus depois que eu entrei ela tomou um pouco mais de alinhamento, porque quando era só eles mesmos, coitados, eles catavam no saco, nem pegavam papelão, era só PET e latinha. Pois é, por esse motivo que eu entrei, deixei um pouco a minha profissão pra cuidar dessa outra parte. (Catador 7, pesquisa de campo, 2017).

Os aspectos referentes à organização da associação também refletem nas melhorias/facilidades, dificuldades e desafios percebidos pelos catadores do momento em que estes iniciaram o trabalho de catação até os dias atuais (figura 2).

Figura 2- Limites e possibilidades no trabalho de catação

MELHORIAS/ FACILIDADES	DIFICULDADES	DESAFIOS
•Conhecimento adquirido em relação ao trabalho; •Reorganização da associação; •Trabalhar por conta própria e fazer o horário	•Desvalorização do dinheiro, não compensando o lucro obtido; •Perda de associados; •Diminuição das vendas; •Falta de parcerias; •Falta de materiais necessários para fazer a coleta (EPI's); •Falta de assistência do Poder Público.	• Contratação dos catadores, garantindo que estes recebam pelo menos um salário mínimo; • Conseguir mais parcerias.

Fonte: Elaborado por Alinne Souza - Pesquisa de campo, 2017.

No que diz respeito às melhorias/facilidades, constatou-se por intermédio dos diálogos durante as entrevistas que a recomposição da diretoria da associação contribuiu para a reorganização desta, no que diz respeito ao trabalho, e para a melhoria da relação estabelecida entre os associados.

Outra questão que também merece destaque é o conhecimento adquirido pelos catadores em relação ao próprio trabalho. Muitos deles adentram esse universo sem conhecer o processo de trabalho, assim como o funcionamento da associação, as legislações existentes, a organização do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, enfim, tudo o que existe em torno do trabalho de catação. Porém, o que se vê após a integração desses sujeitos é o sentimento de pertencimento à uma classe que presta um serviço fundamental à sociedade, mas que ainda lida diariamente com muitas adversidades.

Em relação às dificuldades, um dos pontos listados e que provoca uma reação em cadeia é a desvalorização do dinheiro, que por sua vez vai incidir na não compensação do lucro, na perda de associados e, conseqüentemente, na diminuição das vendas, uma vez que o volume do material coletado será menor.

Conforme já mencionado na seção 2.2, a crise financeira afetou diretamente o setor de reciclagem e, principalmente, o trabalho dos catadores, pois reduziu os preços pagos pelo material reciclável, contribuindo para a redução do lucro obtido com a venda daquilo que é coletado e o abandono da atividade de catação, pelo menos enquanto organização. Esse fenômeno pode ser exemplificado pela rotatividade existente na Eco-Recicla.

Segundo Chaves e Rodrigues (2016) no ano de 2014 a associação era composta por 28 (vinte e oito) catadores. No levantamento para a elaboração do projeto de pesquisa do mestrado esse número havia aumentado para 30 (trinta), mas em 2017 apenas 14 (quatorze) estavam participando efetivamente.

Além disso, os entrevistados perceberam que, com o passar do tempo houve uma diminuição nas parcerias e na atenção dada pelo poder público, o que em primeiro instante parece contraditório, tendo em vista que a organização dos catadores deveria influenciar na capacidade de negociação e estabelecimento de parcerias e políticas governamentais, o que de certa forma vem acontecendo, a exemplo das políticas, planos e decretos já listados anteriormente e que ganharam maior volume a partir da PNRS. Daí a contradição, pois à primeira vista acredita-se que com uma gama de instrumentos legais o trabalho dos catadores finalmente vai alcançar o lugar que merece, quando na verdade apenas se complexifica, entrando em cena os desafios apontados pelos entrevistados.

A situação da contratação dos catadores já está definida por lei, mas ainda é permeada por “entraves”, que acabam procrastinando a sua efetivação. A título de exemplo, o Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Amazonas (AMAZONAS, 2015), ao abordar o “custo das operações” afirma que o custo atual, que hoje é de quase 30 (trinta) milhões por mês vai aumentar com a extinção dos lixões, mas a verdade é que os gastos com terceiros, que configuram as empresas responsáveis pela limpeza urbana levam a maior parte desses recursos e se houvesse a contratação dos catadores para atuar na coleta seletiva com certeza haveria uma redução nos gastos, pois diminuiria a quantidade de resíduos e rejeitos levados para os aterros sanitários e, conseqüentemente, reduziria o custo das operações. Compartilhando desse pensamento em relação ao papel dos catadores de materiais recicláveis, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) faz referência a esses trabalhadores como

[...] grandes parceiros para a promoção da reciclagem, pois são trabalhadores que atuam há muitos anos, desde os tempos dos garrafeiros, com a coleta, classificação e destinação dos resíduos, permitindo o seu retorno à cadeia produtiva. O trabalho desenvolvido por eles reduz os gastos públicos com o sistema de limpeza pública, aumenta a vida útil dos aterros sanitários, diminui a demanda por recursos naturais, e fomenta a cadeia produtiva das indústrias recicladoras com geração de trabalho. (AMAZONAS, 2016, p. 208).

Nesse sentido, a contratação dos catadores é extremamente positiva para ambos os lados, significando o aumento da renda da categoria, a diminuição dos gastos públicos e dos impactos ambientais.

Por fim, o ciclo virtuoso se fecha por meio da valorização pela sociedade da atividade de coleta seletiva. Além dos ganhos para a educação ambiental, a participação na coleta seletiva formal retira o catador da “invisibilidade” e permite a ele desempenhar uma atividade educadora, fortalecendo os vínculos e a integração sociais. (SANT’ANA; METELLO, 2016, p. 35).

Hoje o trabalho realizado pelos catadores da Associação Eco-Recicla envolve a coleta, a triagem, o armazenamento e a venda, no entanto, esse processo de trabalho não é tão simples e exige muito de todos os associados. De acordo com as entrevistas realizadas observou-se que existe uma organização entre os catadores em relação a todos os processos realizados (Quadro 4).

No caso da coleta (foto 4) apenas duas pessoas informaram que, no momento, não estão participando, estando à disposição da triagem dos materiais que chegam à associação. Quanto aos demais, constatou-se que, geralmente, há uma divisão em grupo quando se trata da coleta de materiais no Ponto de Entrega Voluntária (PEV) do Parque do Mindu e na Estação Fluvial da Marinha (Vila da Marinha) e, no caso da catação nas ruas essa é realizada individualmente ou em grupo.

Foto 4 - Locais de coleta dos materiais recicláveis



Fonte: Elaborado por Alinne Souza - Pesquisa de campo, 2017.

Quadro 4 - O trabalho de acordo com cada entrevistado

	LOCAL DE COLETA	HORÁRIO DE COLETA	COLETA SOZINHO OU EM GRUPO?	COMO TRANSPORTA?	ONDE ARMAZENA?
Catador 1	No bairro	Ao final da tarde, às 16 horas e, de preferência à noite	Em grupo (com o marido ou com o filho)	No carrinho	Na Eco-Recicla
Catador 2	No bairro	No período da noite	Em grupo	No carrinho	Na Eco-Recicla
Catador 3	No momento só está participando da atividade de triagem na sede da associação Eco-Recicla				
Catador 4	No bairro	No período da manhã	Sozinho	Em sacolas ou no carrinho	Em casa
Catador 5	No momento só está participando da atividade de triagem na sede da associação Eco-Recicla				
Catador 6	No Parque do Mindu (PEV)	No início da tarde, às 13h	Não respondeu	Caminhão cedido pela prefeitura	Na Eco-Recicla
Catador 7	Bairro, Vila da Felicidade, Porto da Ceasa, Vila Buriti, Instituto Federal do Amazonas e Farmácia Pague Menos.	De 05h às 08h e de 17h30min às 22h	Sozinho ou em grupo	Carrinho e caminhão cedido pela prefeitura	Na Eco-Recicla
Catador 8	No bairro	No período da noite	Em grupo	No carrinho	Na Eco-Recicla
Catador 9	No bairro	Durante o dia, até às 17h.	Sozinho	No carrinho	Na Eco-Recicla
Catador 10	No Parque do Mindu (PEV)	No início da tarde, às 13h	Em grupo	Caminhão cedido pela prefeitura	Na Eco-Recicla
Catador 11	Na Vila da Marinha e no bairro	Durante o dia, até às 17h.	Em grupo	No carrinho	Na Eco-Recicla e em casa
Catador 12	No bairro	A partir de 14h	Sozinho	No saco ou na bolsa	Em casa e depois na Eco-Recicla
Catador 13	Na Vila Buriti e no bairro	No período da noite	Em grupo	No carrinho	Em casa
Catador 14	Na Vila da Marinha	Sem horário específico	Em grupo	Transporte da Marinha	Na Eco-Recicla

Fonte: Elaborado por Alinne Souza - Pesquisa de campo, 2017.

Ressalta-se que em todos esses lugares mencionados foi utilizada a técnica da observação participante, sendo possível vivenciar de perto a experiência¹¹ do trabalho de catação, conforme os relatos que seguem.

a. Posto de Entrega Voluntária (PEV):

Em 2017, na cidade de Manaus, existiam quatro postos de entrega mantidos pela prefeitura, em parceria com quatro grupos de catadores de materiais recicláveis, sendo a Associação Eco-Recicla responsável pelo PEV localizado no bairro Parque Dez de Novembro, no Parque Municipal do Mindu (foto 5).

Durante o acompanhamento realizado haviam dois associados responsáveis em coletar o material reciclável e abastecê-lo no caminhão disponibilizado pela prefeitura. Tal procedimento é realizado toda segunda-feira, geralmente no horário de 12h (meio dia), no entanto, no dia mencionado, o caminhão chegou às 14h e 20 min (catorze horas e vinte minutos), fazendo com que os associados ficassem esperando e ultrapassassem o horário de almoço.

No decorrer do tempo de espera, foi possível observar que algumas pessoas deixam o material reciclável no posto de entrega, contribuindo para o aumento no volume do material coletado pelos catadores, bem como para a geração de renda desses trabalhadores, que encontram nessa atividade o meio para tentar suprir as suas necessidades básicas.

Foto 5- Posto de Entrega Voluntária (PEV)



Fonte: Elaborado por Alinne Souza - Pesquisa de campo, 2017.

¹¹ A descrição completa encontra-se nos relatos de experiência, que estão nos apêndices desse trabalho.

Dentre os materiais arrecadados mais comuns estão: papel, papelão, garrafa pet, latinhas de alumínio, embalagem plástica e tetra pak (exemplo: caixa de leite). Entretanto, de acordo com informações dos associados, algumas vezes o material ainda vem misturado com produtos orgânicos ou outros materiais que ainda não possuem mercado, como é o caso do isopor e das garrafas de vidro.

Com a chegada do caminhão, iniciou-se o processo de carregamento, sendo que duas funcionárias do Parque do Mindu retiravam o material que estava dentro do depósito do PEV e os associados eram responsáveis por coloca-los no caminhão, que ao final ficou totalmente preenchido com sacolas e caixas de materiais recicláveis (foto 6).

Foto 6- Caminhão abastecido com materiais recicláveis



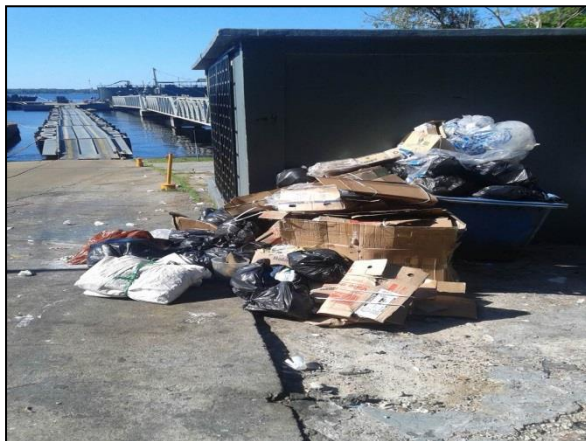
Fonte: Elaborado por Alinne Souza - Pesquisa de campo, 2017.

Por fim, os associados se deslocaram até a base da associação, onde descarregaram o caminhão e procederam com o processo de triagem do material que, posteriormente, é destinado à venda.

b. Estação Fluvial da Marinha:

Conforme observado, os resíduos chegam nos navios da Marinha do Brasil e são deixados próximo ao local onde estes ficam ancorados (foto 7), para que os catadores possam fazer a triagem inicial e a retirada dos materiais recicláveis. Quanto aos rejeitos, esses são deixados no mesmo local, para que a empresa de limpeza pública possa fazer a coleta.

Foto 7- Estação Fluvial da Marinha e local destinado aos resíduos



Fonte: Elaborado por Alinne Souza - Pesquisa de campo, 2017.

De acordo com o relato do presidente da Associação Eco-Recicla, a parceria com a Marinha ainda é recente e, além dos materiais recicláveis, também é oferecido o serviço de logística (caminhão que leva o material até a base da associação) e alimentação.

O trabalho é realizado nos dias de sexta-feira, com a organização dos catadores em equipes, que adotam o esquema de alternância, de modo que nenhuma equipe fique sobrecarregada.

No dia em que foi realizado o acompanhamento, estavam presentes o presidente da associação e sua esposa que, geralmente, realizam o trabalho de catação juntos. Cabe ressaltar que, os referidos catadores realizam uma caminhada do Bairro Mauzinho até a Estação Fluvial da Marinha, que corresponde a aproximadamente 05 (cinco) quilômetros.

O trabalho consiste em concentrar todo material em um só local, para depois dar início ao processo de triagem, que significa a separação do material reciclável e descarte dos rejeitos (fotos 8 e 9). No caso dos resíduos que chegam nos navios, a grande dificuldade ainda está na conscientização na hora da separação por parte da tripulação, uma vez que no conteúdo das sacolas plásticas é encontrado material orgânico juntamente aos recicláveis, entretanto, de acordo com um dos catadores esse é um “trabalho de formiguinha” e não ocorre do dia para a noite, considerando a quantidade de tempo que deram início ao trabalho na Marinha.

Fotos 8 e 9 - Processo de triagem



Fonte: Elaborado por Alinne Souza - Pesquisa de campo, 2017.

Finalizando a triagem, pelo fato de não ter uma quantidade considerável de material, os catadores optaram por deixar o material triado armazenado na Marinha (foto 10) para agregar ao que seria coletado na semana seguinte, evitando assim o uso do transporte para levar apenas duas “bags”, que não estavam completamente cheias.

Foto 10 - Material armazenado no local disponibilizado pela Marinha



Fonte: Elaborado por Alinne Souza - Pesquisa de campo, 2017.

c. Bairro Mauazinho:

Durante o processo de observação estavam presentes o presidente da associação, juntamente com sua esposa, seu filho e sua nora (foto 11). Ainda nesse momento, foi possível observar que o trabalho de catação e triagem dos materiais recicláveis em família é comum para os catadores em questão.

Foto 11 - Catadores em ação no Bairro Mauazinho



Fonte: Elaborado por Alinne Souza - Pesquisa de campo, 2017.

Os catadores, geralmente, utilizam blusas que os identificam como tal, pois dessa forma moradores do bairro, donos de estabelecimentos comerciais e instituições podem reconhecer o trabalho que vem sendo realizado e identificá-los como integrantes de uma Associação ou Cooperativa.

Para o trabalho de catação nas ruas é necessário o uso dos carrinhos, normalmente feito de ferro com proteção em PVC (fotos 12 e 13). Nesses carrinhos os catadores armazenam papeis diversos, papelão, latinhas de alumínio, pet, TetraPak, plástico, PEAD, ferro, dentre outros produtos recicláveis.

Fotos 12 e 13 - Carrinhos utilizados para catação nas ruas



Fonte: Elaborado por Alinne Souza - Pesquisa de campo, 2017.

Durante o acompanhamento realizado foi possível constatar que o trabalho de catação exige muita atenção, pois os materiais recicláveis são descartados por toda

parte, seja em lixeiras, nas ruas e até mesmo em locais tidos como “lixeiros viciadas” (termo popular), ou seja, aquelas consideradas irregulares ou clandestinas (fotos 14 e 15).

Fotos 14 e 15 - Lixeiras clandestinas localizadas em áreas verdes



Fonte: Elaborado por Alinne Souza - Pesquisa de campo, 2017.

Além da atenção voltada aos materiais recicláveis, os catadores também precisam lidar com questões relacionadas ao tráfego, ao clima e quanto ao esforço realizado durante a coleta dos materiais em vias públicas. Nesse caso, o horário em que esses trabalhadores escolhem para fazer a coleta dos materiais nas ruas tem muita influência, constituindo-se como desafios e dificuldades para a execução do trabalho, tendo em vista a intensificação do trânsito (em determinados horários), do calor típico do clima tropical úmido (no dia em questão fazia aproximadamente 36°) e da energia despendida por esses trabalhadores, principalmente quando passam por locais íngremes e com o carrinho cheio de material.

Finalizado o processo de coleta nos locais mencionados anteriormente, os catadores dão continuidade ao trabalho no âmbito da sede da Eco-Recicla, onde realizam a triagem e o armazenamento dos materiais que serão comercializados.

Em relação à triagem, foi possível observar que essa atividade consiste na separação dos resíduos coletados por tipo, tais como: papelão, papel, papel misto, pet, plástico (PEAD), plástico (PEBD), Tetra Pak, alumínio e ferro.

No que tange ao armazenamento, alguns catadores optam por levar os materiais coletados na rua para as suas casas, mas, posteriormente, todo esse material é levado para a sede da associação onde são armazenados em sacolas grandes (*big bags*) ou em caixas coletoras para a comercialização, que é feita

diretamente para “atravessadores” ou para empresas de reciclagem, dependendo do material e da quantidade.

Tanto a triagem quanto o armazenamento são realizados na Eco-Recicla (foto 16), no entanto, a associação ainda não possui um galpão adequado para a realização de tais atividades, o que dificulta o trabalho dos catadores, tendo em vista que estão sujeitos ao clima ensolarado e chuvoso, que por sua vez se torna um problema para materiais como papel e papelão, pois quando o material está molhado é descontado no valor de venda.

Foto 16- Materiais triados e armazenados na Eco-Recicla



Fonte: Elaborado por Alinne Souza - Pesquisa de campo, 2017.

Diante disso, a observação do trabalho de coleta, triagem, armazenamento e venda desenvolvido pelos catadores permitiu constatar que:

- o nível de vulnerabilidade a que os catadores são expostos é considerado alto, tendo em vista que os mesmos são submetidos à condições de trabalho insalubres, como a exposição aos riscos oferecidos por conta dos locais em que realizam a catação, as variações climáticas, os riscos de acidentes na manipulação do material, acidentes de trânsito, assim como a violência e o preconceito que ainda enfrentam por conta da atividade que exercem;

- a questão da locomoção é um gargalo para os catadores e, conseqüentemente, para a Associação, pois por mais que estes tenham a logística oferecida pela Marinha (mas somente no trabalho realizado no âmbito desta) e pela Prefeitura (trabalho de retirada do material do PEV), os catadores fazem maior parte do seu percurso à pé e, na maioria das vezes, empurrando seus carrinhos por ruas esburacadas e enfrentando ladeiras íngremes;

- no geral, percebe-se a necessidade de munir a população com informações acerca da coleta seletiva, bem como da separação e forma de descarte adequadas para os resíduos, facilitando o trabalho do catador e evitando possíveis acidentes de trabalho;

- os catadores de materiais recicláveis são fundamentais no processo de preservação do meio ambiente, prestando um serviço fundamental à sociedade e ao poder público. No entanto, falta o reconhecimento desses trabalhadores, que apesar de ter alguns direitos reconhecidos legalmente, ainda precisam ir à luta para que esses sejam de fato garantidos e implementados.

As dificuldades expressas durante o processo de trabalho afloram nos catadores o sentimento da necessidade de melhorias para a categoria, que vai desde questões mais simples até estruturais, como pode ser verificado nas respostas abaixo:

- Aceitação e reconhecimento da sociedade;
- Conseguir o galpão para o trabalho, com estrutura para alimentação;
- Equipamentos como balança e prensa;
- Equipamentos de Proteção Individual (EPI's);
- Transporte (caminhão e/ou triciclo) para o manejo do material;
- Contrato com carteira assinada, visando a aquisição de alguns direitos;
- Cumprimento das promessas (Leis) de melhoria por parte do poder público.

Ainda em relação às melhorias, o desabafo realizado pelo catador 7 acaba por traduzir os anseios dos demais catadores e revela um dos motivos pelos quais a categoria não consegue avançar.

A gente tinha que ser olhado por alguém, tem que ser visto por alguém. Eu já pensei em fazer uma logomarca pra Eco-Recicla pedindo que a sociedade, que a comunidade nos veja, veja o nosso trabalho, né?! E não é só a comunidade, é toda a sociedade para somar com a gente, pois acredito que eles vão ajudar nesse processo de cuidar do meio ambiente e também para que as nossas famílias, os catadores tenham mais remuneração. Tem muitas coisas que eles jogam fora, pra você ver que eles tão tirando o pão da boca de uma criança ou de um velhinho e também está poluindo o meio ambiente. Eu me sinto também desprezado pela sociedade, principalmente politicamente, pois os políticos não querem que a gente cresça e apareça e desenvolva o nosso trabalho, porque a gente perturba um pouco o capitalismo deles (dos grandes), né?! Se o lixo ficar lá vai render pra eles, por exemplo: cada tonelada que nós tiramos de resíduo no meio ambiente vai faltar na renda deles, então eles preferem não nos apoiar porque “o meu amigo é o dono da empresa fulana de tal”, é mais ou menos assim que eu

vejo, a gente não tem apoio de jeito nenhum. Mas a luta continua, a gente tem que correr atrás. Um dia alguém vai olhar por nós, com certeza!

Essa última resposta apresentada na íntegra demonstra bem o entendimento dos catadores frente ao sistema em que vivemos, pois muito se fala da preservação do meio ambiente, da importância do papel que os catadores exercem e da necessidade de integrá-los nas atividades de coleta seletiva nos municípios, mas a verdade é que ainda vivenciamos a cultura do favorecimento e, nesse caso específico, quem fica no prejuízo são os catadores, pois representam a base da cadeia produtiva dos materiais recicláveis, permanecendo numa condição de exploração e de invisibilidade, enquanto as empresas de reciclagem e as empresas de limpeza urbana continuam em um círculo que envolve altas cifras, muitas vezes escondidas em discursos acerca da “responsabilidade ambiental”, que a princípio estaria relacionada à preservação do meio ambiente e da adoção de políticas que tenha como principal objetivo a sustentabilidade. A esse respeito Baptista (2013, p. 123) revela que esse é

[...] um discurso já famigerado e desconfigurado de seu real propósito originariamente concebido para esconder basicamente três grandes problemas centrais: a necessidade de se repensar o consumo; a mudança dos padrões de produção, de descarte e de obsolescência; e por fim, a exploração do trabalho de indivíduos marginalizados pela sociedade e pelo Poder Público.

Por fim, diante das repostas fornecidas pelos catadores em relação ao que o trabalho representa para si e para a sua família, assim como durante o acompanhamento das atividades que eles exercem, foi possível perceber que apesar das dificuldades enfrentadas diariamente pelos catadores na coleta, na triagem, na venda ou nas tratativas (ou a falta delas) junto ao poder público, eles se orgulham e acreditam que o esforço do trabalho desenvolvido coopera verdadeiramente para a preservação do meio ambiente, além de contribuir para a renda familiar. Afinal, ser catador é

[...] um compromisso, um aprendizado e um trabalho coletivo muito proveitoso! (catador 14).

CAPÍTULO 3 E POR FALAR EM DIREITOS...

No período pós-redemocratização, o principal marco para a saúde, para a previdência e para a assistência social foi a Constituição Federal de 1988, que passa a considerar esses três direitos sociais como o Tripé da Seguridade Social.

É também nesse período que o neoliberalismo, sobretudo a partir da década de 1990, é visto como a carta de saída da crise financeira. Consequentemente à sua difusão, existe a tendência da privatização de serviços públicos, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades sociais, novas formas de exploração, mas também para a elaboração de novas estratégias de luta em lugar das que já existiam.

Nesse contexto estão inseridos os catadores de materiais recicláveis, que não apenas pela pesquisa realizada, mas também nos espaços destinados à categoria, percebem entre os principais problemas o aumento do quantitativo de catadores idosos e o agravamento dos problemas de saúde, bem como a necessidade de ações articuladas e de políticas intersetoriais, visando maior acessibilidade às políticas de saúde, previdência e assistência social.

3.1 A contrarreforma do Estado e seus impactos na garantia dos direitos sociais

No Brasil, o período tido como “milagre econômico”, iniciado em 1969, começa a perder forças em 1973 com a eclosão da crise mundial do capitalismo, contribuindo para o aumento do endividamento externo e para a “[...] redefinição da correlação de forças no Brasil.” (SOUZA FILHO, 2013, p.146). Para a classe trabalhadora, vai significar o reaparecimento do movimento operário, tendo em vista a objeção desta em relação ao “[...] modelo imposto pelo FMI e pelo Banco Mundial para equilibrar as contas do país.” (SANTOS NETO, 2015, p. 259).

No entanto, apesar de a greve significar uma das mais valiosas ferramentas da classe trabalhadora, em virtude de esta última ser a essência da riqueza socialmente produzida, o que se viu foi a adoção de estratégias para a contenção dos movimentos grevistas do final da década de 1970 e início dos anos 1980 por parte de representantes do capital.

A década de 1980 vai se caracterizar pelo acirramento da crise da dívida no Brasil e, como forma de contenção desta, foi elaborado o III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985), que delineou o planejamento social e econômico daquela época, executado pelo último presidente da ditadura.

O plano trazia em seu bojo a preocupação com a dívida externa, reflexo do período caracterizado como “milagre brasileiro”, não à toa, tendo em vista que a inflação passou de 91,2% em 1981, para 217,9% em 1985, contribuindo para o empobrecimento, o desemprego, a crise dos serviços sociais públicos, a informalização da economia, dentre outros (BEHRING, 2008).

Outro momento relevante para a configuração da década de 1980 refere-se à “Nova República”, que vai ser permeada por desafios para a “reconstituição” das forças democráticas, que apresentavam certa resistência ao modelo liberal.

Souza Filho (2013, p. 154) destaca que essa resistência vai ocorrer tanto por parte das forças democráticas, quanto pelas classes dominantes. A primeira

[...] em defesa de um modelo de desenvolvimento pautado na incorporação da classe trabalhadora no sistema social, político e econômico, via distribuição de renda e riqueza, participação política das classes subalternas no poder e pela expansão dos direitos, principalmente sociais, através da organização de uma estrutura estatal institucional-redistributiva implementadora de políticas sociais universalistas.

Já a segunda,

[...] está relacionada ao sucesso do modelo desenvolvimentista, na medida em que ele possibilitou a articulação de um conjunto heterogêneo de grupos econômicos e, sem submetê-los à coordenação estratégica de longo prazo, propiciava o acesso privilegiado ao Estado para esses grupos garantirem seus interesses particulares.

É bem verdade que o período caracterizado como “Nova República” se estabeleceu em um contexto em que se procurava revigorar as forças democráticas, no entanto, as políticas econômicas desenvolvidas para o enfrentamento da crise não surtiram o efeito desejado, pelo contrário, a presidência de Sarney foi marcada pela hiperinflação, fruto da crise fiscal no país, que culminou em uma crise cambial, devido ao fracasso dos Planos Cruzado (1986), Bresser (1987) e Verão (1989), elaborados na tentativa de reestabelecer o crescimento econômico no país e combater a inflação.

Além disso, apesar da organização dos Movimentos Sociais que contribuíram para o processo de elaboração da Constituição Federal de 1988 e a contemplação de alguns avanços em termos de direitos sociais, para a classe trabalhadora, o final dos anos 80 e início dos anos 90 foi bastante adverso em relação às mudanças no mundo do trabalho, fazendo com que esta passasse a sentir os impactos desse período, com resultados que vão da terceirização até o desemprego estrutural.

Dessa forma, os efeitos da crise serão sentidos durante décadas após a sua eclosão, fazendo com que o capital encontre meios para recuperar o seu ciclo reprodutivo, o que vai ocorrer por intermédio da adoção do ideário neoliberal, que abrange a reestruturação produtiva, a privatização, o enxugamento do Estado, dentre outros. Para Pochmann (2002, p. 15),

[...] as medidas econômicas implementadas [à luz do ideário neoliberal] buscaram contrair a emissão monetária, elevar os juros, diminuir os impostos sob as rendas mais altas, desregular o mercado de trabalho, o comércio externo e mercado financeiro, alterar o papel do Estado, privatizar o setor público, focalizar o gasto social, reduzir a ação sindical, entre outras.

De acordo com Behring (2008, p. 129): “[...] o neoliberalismo em nível mundial configura-se como uma reação burguesa conservadora e monetarista, de natureza claramente regressiva, dentro da qual se situa a contra-reforma do Estado.”

Nesse contexto, a década de 1990, vai marcar o início da implantação de alguns ajustes, que podem ser divididos em duas fases. A primeira ocorre especialmente durante o governo FHC e vai ser caracterizada pelo período em que se deu início à reforma do Estado, ou “contra-reforma”, conforme já referido por Behring (2008). A segunda, de acordo com Paula (2016, p. 253, grifo do autor), será marcada por “experimentalismos relativamente mais bem-sucedidos do que na primeira, *pois o remédio amargo do ajuste já fora tomado*, tendo início no novo século e nos atingindo até os dias atuais.”

As estratégias para a superação da crise seguem orientações do Banco Mundial, com vistas à ampliação das taxas de lucro, que de acordo com Boschetti (2016) possuem três direções, podendo ter diferença em sua intensidade a depender do país capitalista e do contexto histórico em que vai ser implementada, são elas:

[...] redução dos sistemas públicos de previdência por meio de diversas ‘mudanças técnicas’ que não são assumidas como privatização: aumento da idade mínima exigida para aposentadoria, ampliação do

tempo de contribuição, estabelecimento de teto máximo para as aposentadorias públicas; diminuição dos montantes das aposentadorias e pensões; alinhamento da idade exigida para homens e mulheres; introdução de novas formas de financiamento por impostos mais regressivos e que oneram substancialmente a classe trabalhadora; desenvolvimento de sistemas de aposentadorias complementares obrigatórios individuais ou profissionais (fundos de pensão fechados) financiados por capitalização; 2) estímulo fiscal e normatizações que possibilitaram a criação e o desenvolvimento de sistemas privados de poupança individual (fundos de pensão abertos), não obrigatórios, com ou sem subvenção do Estado; 3) redução do financiamento dos sistemas públicos de saúde e instauração de sistemas de saúde públicos mais restritos, com serviços de menor qualidade, financiados por impostos destinados para os pobres; manutenção de serviços de saúde contributivos públicos para trabalhadores inseridos no mercado de trabalho e estímulo aos planos privados de saúde. (BOSCHETTI, 2016, p. 122-123).

No Brasil, esses efeitos vêm sendo sentidos progressivamente e será visualizado em um breve panorama da forma como os governos conduziram o país a partir da década de 1990, que será descrito até o final desse item.

O governo Collor (1990-1992) vai se destacar pela adoção de medidas econômicas, administrativas e financeiras, que tinham como objetivo “[...] o combate à inflação, o ‘enxugamento’ da máquina do Estado e a eliminação do déficit público como condições para a retomada da economia” (SANTOS NETO, 2015, p. 215), mas que não lograram êxito, do contrário, foram medidas consideradas “traumáticas” para a população brasileira, que precisou enfrentar um período severo de recessão econômica, dando origem às chamadas reformas estruturais.

Já em 1994, com a instituição do Plano Real comandada por FHC, que à época era Ministro da Fazenda, o que se viu foi a adoção de estratégias que visavam a “[...] contenção dos gastos públicos, privatização das estatais, controle da demanda por elevação de juros e pressão sobre os preços pela facilitação das importações.” (PAULA, 2016, p. 217).

Inicialmente, tais medidas foram bem vistas pela sociedade como um todo, uma vez que criou a “ilusão de estabilidade”, o que garantiu a vitória de FHC nas eleições de 1995 e o retorno do debate sobre a o desenvolvimento do Estado.

Entretanto, segundo Paula (2016, p. 218), “[...] não se trata da agenda de um desenvolvimento nos moldes do desenvolvimentismo clássico nem das proposituras ditas neodesenvolvimentista que assistimos nos governos do presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff.”

Pelo contrário, a era FHC foi marcada pela orientação neoliberal pautada nas diretrizes do Consenso de Washington¹², que não vão considerar os seus impactos sobre as desigualdades sociais, tendo como essência as contrarreformas do Estado para a estabilização da economia, pressupondo que o mercado é a base para organização da sociedade e que o Estado, por sua vez, seja minimizado ao máximo.

Outros efeitos do ideário neoliberal sentidos durante o governo FHC dizem respeito à austeridade fiscal, a privatização das indústrias de base, a flexibilidade dos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários e a abertura ao capital externo.

Porém, quando a política econômica adotada começa a não surtir o efeito esperado inicia-se o seu processo de defesa, repercutindo diretamente na classe trabalhadora, uma vez que houve uma retração dos empregos formais e o efeito do desemprego estrutural fez com que os trabalhadores encontrassem na informalidade uma alternativa frente à situação instalada no país.

Nesse sentido, as consequências do ajuste neoliberal vão incidir diretamente nas políticas sociais, tendo em vista o aumento da busca por serviços sociais públicos, o que Behring (2008, p. 162) vai chamar de “[...] uma verdadeira antinomia entre política econômica e política social”, uma vez que o Estado vai passar a limitar os gastos sociais, transferindo para o setor privado grande parte de suas responsabilidades, conforme se observa na Seguridade Social, que será melhor abordada na seção 3.2.

Findada a gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), deu-se início ao período considerado como “novo-desenvolvimentismo” ou “neodesenvolvimentista”¹³, representado pelo governo do PT, deixando de lado os traços do contrarreformismo do governo FHC, embora com características que Paula (2016) vai denominar de “nova roupagem do neoliberalismo”.

¹² “Por meio de vigorosa intervenção estatal a serviço dos interesses privados articulados no bloco do poder, sob inspiração liberal, conclama-se a necessidade de reduzir a ação do Estado para o atendimento das necessidades das grandes majorias mediante a restrição de gastos sociais, em nome da chamada crise fiscal do Estado. A resultante é um amplo processo de privatização da coisa pública: um Estado cada vez mais submetido aos interesses econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e nacional, renunciando a dimensões importantes da soberania da nação, a favor do grande capital financeiro em nome de honrar os compromissos morais do Estado com as dívidas interna e externa.” (IAMAMOTO, 2010, p. 144).

¹³ Para Alves (2017, p. 129) o termo “neodesenvolvimentismo” pode ser entendido “[...] como a frente de coalizão política liderada pelo PT (Partido dos Trabalhadores) que elegeu e reelegeu em 2002 e 2006, Luís Inácio Lula da Silva; e elegeu e reelegeu Dilma Rousseff em 2010 e 2014, respectivamente. O neodesenvolvimentismo possuía como eixo programático, o crescimento com inclusão social; e como alma política, o lulismo, entendido como sendo a estratégia de conciliação de classe baseada num profundo pragmatismo político visando a conquista (e preservação) do governo.”

O governo Lula teve como estratégia o desenvolvimento de políticas que visavam o crescimento econômico, a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1), criado em 2007 e o PAC 2, no ano de 2010. No geral, os referidos programas objetivavam a aceleração do crescimento econômico (como o próprio nome já diz), o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população, tendo como meta o crescimento do PIB, que estava sustentado em ações como o investimento em infraestrutura e a elaboração de medidas fiscais a longo prazo.

Em 2011, no governo Dilma, foi lançado o Plano Brasil Maior, como política industrial, tendo como slogan “Inovar para competir. Competir para crescer”, ou seja, tinha por objetivo aumentar a competitividade da indústria nacional, com medidas como a desoneração dos investimentos e das exportações e aumento de recursos para inovação.

Porém, apesar dos esforços para tentar alavancar a economia e não sucumbir aos efeitos da crise, o final do seu primeiro mandato foi marcado pela desaceleração na economia. Em 2015, a considerada “recessão técnica” promoveu cortes significativos nas áreas sociais. É também nessa época que houve ampliação dos gastos do Tesouro com a Previdência Social “[...] em razão das desonerações da folha de pagamentos – o que se tornou, pouco tempo depois, a justificativa para a proposta que hoje ganha força de contrarreforma da Previdência Social.” (FIRMIANO, 2016, p. 593).

Já no “desgoverno” Temer foram realizados vários ajustes por intermédio de Medidas Provisórias, Propostas de Emendas Constitucionais (PEC's), abrindo as portas para um período de retrocessos e marcado por contrarreformas.

“Desgoverno” no sentido dos desmontes promovidos por Temer em menos de 02 (dois) anos, sob clara orientação neoliberal, que impõe urgência às contrarreformas do Estado que, por sinal, não haviam sido consolidadas totalmente durante o governo FHC e que possuem características impressas no programa “Uma ponte para o futuro”¹⁴.

¹⁴ O programa “destina-se a preservar a economia brasileira e tornar viável o seu desenvolvimento, devolvendo ao Estado a capacidade de executar políticas sociais que combatam efetivamente a pobreza e criem oportunidades para todos.” (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2015, p. 2).

O Plano foi disponibilizado no site de várias federações industriais estaduais brasileiras ao meio empresarial, enquanto Dilma ainda ocupava a presidência e Temer era seu vice, portanto, a nova política fiscal que hoje congela os investimentos federais para os próximos 20 anos, que desmonta as universidades públicas, que inviabiliza progressivamente a manutenção de sistemas como o SUS e o SUAS, que corta bolsas de pesquisa reduzindo a produção intelectual do país, e as nefastas reformas trabalhista e previdenciária já estavam anunciadas, sob o falso discurso de serem todas necessárias ao desenvolvimento do país. (PRATES, 2017, p. 277).

Em relação à Seguridade Social, uma das medidas de maior impacto para a população que padece em meio às desigualdades sociais foi a aprovação da PEC n. 31/2016, ou a PEC da DRU, que prorroga a “Desvinculação das Receitas da União até 2023” e amplia de 20% para 30% o percentual desvinculado.

Com isto, o governo Temer terá à disposição 30% das contribuições sociais, antes vinculadas à seguridade social (saúde, previdência e assistência social), para outras áreas como, por exemplo, o financiamento público das privatizações e o pagamento da dívida pública. (FIRMIANO, 2016, p. 595).

Soma-se à PEC da DRU, a PEC n. 241, popularmente conhecida como a PEC do congelamento de gastos ou como a PEC do fim do mundo, agora com a forma da Emenda Constitucional (EC) n. 95/2016, que instituiu o novo Regime Fiscal, limitando a expansão das despesas primárias da União, como saúde e educação, por 20 (vinte) anos, podendo incidir também na política de valorização do salário mínimo e a desvinculação de benefícios deste, sob a justificativa de equilibrar as contas do país e vislumbrar o crescimento econômico (FIRMIANO, 2016).

A Reforma Trabalhista, sob a Lei n. 13.467/2017 e, posteriormente, com a aprovação da Medida Provisória n. 808/2017, instituída a partir do pretexto de modernizar as relações de trabalho, mas que na verdade significa um verdadeiro desmonte em torno dos direitos trabalhistas. Dentre os diversos pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) modificados estão a “possibilidade” da negociação direta entre trabalhador-empresa sobre questões como jornada de trabalho, redução salarial e parcelamento das férias; o trabalho intermitente; a dificuldade de acesso à justiça do trabalho, devido às burocracias impostas; a possibilidade do trabalho de mulheres grávidas em locais insalubres e a terceirização permitida para atividades fins.

Diante de tantos retrocessos evidenciados nos últimos anos ainda está em andamento a proposta de Reforma da Previdência (PEC n. 287/2016), com a bandeira “reformular para não acabar”, sob a justificativa de um enorme déficit nas

contas previdenciárias. Dentre suas medidas estão a impossibilidade do recebimento conjunto dos benefícios da aposentadoria e pensão por morte, mudanças na concessão da pensão por morte, aumento do tempo de contribuição face ao aumento da idade para a aposentadoria, dentre outras medidas.

Para Lourenço (2016, p. 15),

[...] como se sabe, esse assunto interessa muito aos bancos, uma vez que a previdência privada tem se mostrado um nicho de mercado altamente lucrativo, mas para isso, é necessário restringir cada vez mais o acesso à previdência pública. Portanto, a reforma da Previdência interessa muito ao setor privado, em especial, aos bancos.

Esse conjunto de contrarreformas retrata bem o pensamento postulado por Mészáros (2015). Para o autor, o Estado encontra nas legislações uma forma de viabilizar a reprodução do capital, ou seja,

[...] as formações estatais historicamente dadas do sistema do capital devem se afirmar como executoras eficazes das regras necessárias para a manutenção da ordem socio-reprodutiva estabelecida. Naturalmente, a “Lei” deve ser definida e alterada em conformidade, a fim de atender as mudanças nas relações de poder e as alterações correspondentes dos antagonismos fundamentais inseparáveis do metabolismo de reprodução social do capital. Essa maneira de impor a legitimidade do Estado é viável por vezes em sintonia com as ‘normas constitucionais’, e outras vezes só através da suspensão e violação de todas as regras desse tipo. O desenvolvimento histórico decide qual dos dois deve prevalecer sob as circunstâncias dadas e, via de regra, mutáveis. Por isso, é totalmente arbitrário postular como norma a constitucionalidade ideal ou sua necessária suspensão ou abolição. Ambas vão – ou melhor, vão e vêm – juntas com uma regularidade espantosa. (MÉSZÁROS, 2015, p. 56-57).

Isso explica o desmonte em torno dos direitos sociais, reflexo da história construída em decorrência do advento do sistema capitalista e, sobretudo, com a consolidação do neoliberalismo a partir de 1990, que resultou no processo de flexibilização, precarização, terceirização, rompimento dos direitos, insustentabilidade das políticas, dentre outros fatores.

Logo, percebe-se que todas as contrarreformas possuem um efeito perverso e vem contribuindo para o aviltamento do trabalho e da vida social, afetando principalmente a classe trabalhadora e os setores menos favorecidos da sociedade, que vivenciam a cada dia o retrocesso das conquistas democráticas.

3.2 A Seguridade Social em questão

O debate em torno da seguridade social no Brasil ganhou forças a partir da Nova República (1985- 1989), quando o país vivencia o seu processo de redemocratização, com debates que imprimiam a necessidade de expansão e a incorporação de direitos sociais na Constituição Federal que estava sendo elaborada.

Após alguns anos de trabalho, organizados em comissões que discutiam propostas para a consolidação da seguridade social, esta ganhou destaque na Constituição Federal de 1988, configurando-se como “[...] um conjunto integrado de ações do Estado e da sociedade voltadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social [...]” (SALVADOR, 2010, p. 164).

A saúde está prevista a partir do artigo 196 da CF/88 como:

[...] direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (FERREIRA, 2013, p. 34).

A previdência social, disposta a partir do artigo 201 da CF/88, é garantida mediante contribuição e sua filiação é obrigatória. Já a assistência social é destinada a quem dela necessitar, independente de contribuição.

No que diz respeito ao seu financiamento, o artigo 195 da Constituição Federal prevê que este será realizado “[...] por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.” (FERREIRA, 2013, p. 32) e por algumas espécies de contribuições sociais.

No entanto, um dos desafios para que a seguridade social seja garantida tanto constitucionalmente, como institucionalmente refere-se à garantia de que o fundo público seja, de fato, destinado à sua manutenção, uma vez que se observa uma tendência crescente da utilização dos recursos desse fundo para outras finalidades, especialmente, para o pagamento de juros e amortização da dívida, gerando, conseqüentemente, um decréscimo dos recursos e investimentos para a seguridade social. Para Behring (2008, p. 280),

[...] a partir dos elementos levantados acerca da relação entre financiamento da Seguridade Social e ajuste fiscal, é possível concluir que existe uma forte capacidade extrativa do Estado brasileiro, porém que não está voltada para uma intervenção estruturante e para os investimentos sociais, mas para alimentar a elite rentista financeira. Nessa direção, os investimentos sociais não são, evidentemente, as causas da crise, como insistiam em afirmar os discursos neoliberais mais dogmáticos. O déficit público não está localizado neles, embora, como se viu, tenham sido construídas uma cortina de fumaça ideológica e algumas artimanhas para forjar e justificar este argumento.

Nesse contexto, observa-se que apesar de a seguridade social representar uma conquista, ela não foi instituída em um período considerado favorável para a classe trabalhadora, sobretudo nos anos 1990, quando a hegemonia neoliberal adentra o cenário brasileiro.

Do ponto de vista da lógica do capitalismo contemporâneo, a configuração de padrões universalistas e redistributivos de proteção social vê-se fortemente tensionada: pelas estratégias de extração de superlucros, com a flexibilização das relações de trabalho, onde se incluem as tendências de contração dos encargos sociais e previdenciários, vistos como custos ou gastos dispendiosos; pela supercapitalização – com a privatização explícita ou induzida de setores de utilidade pública, onde incluem-se saúde, educação e previdência; e, especialmente, pelo desprezo burguês para com o pacto social dos anos de crescimento, agora no contexto da estagnação, configurando um ambiente ideológico, consumista e hedonista ao extremo. (BEHRING, 2002, p. 276).

Nesse caso, a perda do protagonismo do Estado frente à abertura de espaço para o mercado no âmbito das políticas sociais vem contribuindo para que a população em situação de desigualdade social fique à mercê de políticas públicas cada vez mais focalizadas, e apenas uma pequena parcela da população com acesso aos serviços privados, que cada vez mais elevam seus custos, tendo em vista o nicho de mercado que encontraram frente à desresponsabilização do Estado.

É também na década de 1990 que cada uma das políticas que compõem o tripé da seguridade social foi regulamentada em legislações distintas, conforme pode ser visualizado a seguir:

A **saúde**, no período que antecede a Constituição Federal de 1988, era caracterizada por atividades curativas da assistência e por atividades preventivas, passando por transformações a partir dos movimentos sanitários, até ser integrada ao modelo de seguridade social disposto em nossa constituição.

Para legitimar o que havia sido preconizado na CF/88, em relação ao Sistema Único de Saúde (SUS), foi criada a Lei n. 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde, que

“[...] dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes” (FERREIRA, 2013, p. 285) e a Lei n. 8.142/90, que “[...] dispõe sobre a participação da comunidade da gestão do SUS.”

Entretanto, a década de 1990, marcada pela adoção da política neoliberal por parte do governo vai ter como característica as contrarreformas que impedem a materialização da política do SUS conforme previsto, bem como a redução do papel do Estado frente às suas responsabilidades, relegando a saúde para o setor privado.

Na saúde, o principal paradoxo é que o Sistema Único de Saúde, fundados nos princípios da universalidade, equidade, integralidade das ações, regionalização, hierarquização, descentralização, participação dos cidadãos e complementaridade do setor privado, vem sendo minado pela péssima qualidade dos serviços, pela falta de recursos, pela ampliação dos esquemas privados que sugam os recursos públicos e pela instabilidade do financiamento. (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 163-164).

Além disso, pode-se dizer que o SUS esbarrou em relações/forças políticas e econômicas, que impedem sua real consolidação, sendo encontrados desafios para a sua operacionalização até os dias atuais, quais sejam:

- presença do setor privado pago pelo Estado para que a população tenha acesso aos serviços de saúde, tendo como exemplo as empresas terceirizadas que regulam a saúde;
- crescimento/fortalecimento dos planos privados de saúde;
- distorções no financiamento, com a utilização do Fundo Público para outros fins, conforme abordado anteriormente;
- necessidade de articulação intersetorial;
- diferenças entre os serviços ofertados pelo setor público, que possui caráter coletivo e o setor privado, com caráter individual e de maior complexidade, ou seja, aqueles mais lucrativos;
- discussão e elaboração do projeto de Plano de Saúde Acessível, via Portaria n. 1.482, de 04 de agosto de 2016, que significa um campo bastante rentável para o setor privado.

Traduzindo todos esses desafios impostos à efetivação do Sistema Único de Saúde tal qual foi concebido, Boschetti (2016, p.134) vai afirmar que “a saúde pública tem sido o segundo alvo das contrarreformas após a previdência social”, o que explica a dificuldade para a consolidação de tal política.

Em relação à **previdência social**, nota-se que esta já passou por diversas transformações conceituais e estruturais, assim como no conjunto de benefícios ofertados, na política de financiamento, dentre outros aspectos. Diante dessa evolução é possível verificar avanços, mas, no momento atual, também se faz necessário falar dos retrocessos, conforme foi contextualizado na sessão 3.1.

Após a Constituição Federal de 88, foi instituída a Lei n. 8.123/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência. De acordo com o artigo 1º da referida legislação,

[...] a Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente. (BRASIL, 1991).

Também foi definido por intermédio da Lei em questão o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), caracterizando os segurados obrigatórios em empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial e segurado facultativo.

No que diz respeito às espécies de prestação, o RGPS define os seguintes benefícios:

Quadro 5 - Espécies de prestação do RGPS

QUANTO AO SEGURADO	QUANTO AO DEPENDENTE	QUANTO AO SEGURADO E DEPENDENTE
Aposentadoria: por invalidez, por idade, por tempo de contribuição e especial	Pensão por morte	Serviço Social
Auxílio-doença		
Auxílio-acidente	Auxílio-reclusão	Reabilitação profissional
Salário-família		
Salário-maternidade		

Fonte: Elaborado por Alinne Souza com base na Lei n. 8.123/91.

Além dos benefícios listados, também existem aqueles caracterizados como “benefícios assistenciais e de legislação específica”, que são: Benefício assistencial ao idoso e à pessoa com deficiência (BPC/LOAS), Benefício assistencial ao

trabalhador portuário avulso, Pensão especial por Hanseníase, Pensão especial da Síndrome Talidomida, Seguro-desemprego do pescador artesanal.

Contudo, apesar de a previdência social ter sido organizada para assegurar aos seus beneficiários os meios para sua manutenção, ela vem sofrendo constantes ataques. Segundo Brettas (2017, p. 67),

[...] esta é a política que foi mais descaracterizada em relação à formulação original aprovada na CF88. As contrarreformas operadas em 1998, 2003 e 2013 (além de outras alterações que foram acontecendo de forma fragmentada) contribuíram para aquecer o mercado da chamada Previdência Complementar, fato que põe um volume significativo de recursos a serviço do capital portador de juros.

Outro fator que deve ser levado em consideração refere-se aos efeitos dessas contrarreformas para a classe trabalhadora, visto que a cada dia esta vem perdendo direitos sociais conquistados a duras penas, tendo ainda que se submeter a condições de trabalho extremamente precarizadas, bem como a venda da sua força de trabalho a baixo custo.

O objetivo não é mais 'proteger' a classe trabalhadora em momentos de 'risco' e necessidades sociais, mas limitar o aumento das despesas públicas pela via da restrição/redução dos direitos, estimular a oferta mercantil desses serviços e assegurar a subsunção do trabalho nesse contexto de ofensiva do capital. O que está no coração destas contrarreformas é a garantia da reprodução ampliada do capital em larga escala, já que o desenvolvimento de sistemas privados de aposentadoria presta-se largamente à acumulação capitalista. (BOSCHETTI, 2016, p. 132).

No que diz respeito à **assistência social**, historicamente foi caracterizada por práticas assistencialistas, sendo colocada em segundo plano em termos de políticas públicas.

A partir da Constituição Federal de 1988, mais especificamente nos artigos 203 e 204, passou a ser parte da Seguridade Social, configurando um avanço para o campo da Política Social, uma vez que se caracteriza por ser um direito social de caráter não contributivo, destinado a quem necessitar. Outro marco importante foi a instituição da Lei n. 8.742/93, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que normatizou o que já havia sido disposto na CF e tratou da forma como a assistência social seria organizada.

Já em 2004, com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), seguida da constituição do Sistema Único da Assistência Social (Suas), em

2005, observa-se um cenário que busca validar os direitos dos usuários da assistência social.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a implantação da PNAS e do Suas tem liberado, em todo o território nacional, forças políticas que, não sem resistências, disputam a direção social da assistência social na perspectiva da justiça e dos direitos que ela deve consagrar, a partir das profundas alterações que propõe nas referências conceituais, na estrutura organizativa e na lógica de gestão e controle das ações na área. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012, p. 60).

Outra abordagem importante diz respeito às questões abordadas inicialmente nesse trabalho acerca das “metamorfoses no mundo do trabalho” e do desemprego estrutural, que vão incidir diretamente no campo das políticas sociais, dentre elas a assistência social.

Boschetti (2016) ressalta que tal política não deve ser vista apenas como uma forma de enfrentamento à pobreza e à desigualdade social, mas também pode ser associada ao trabalho precarizado ou a ausência deste, que por sua vez irá contribuir para o aumento da demanda por serviços e benefícios da assistência social.

Nesse contexto,

[...] ao assegurar minimamente a reprodução da superpopulação relativa, a assistência social participa das bases materiais para a sustentação do capital e fortalece os processos de expropriação social de direitos do trabalho e da previdência, criando condições para a superexploração do trabalho em todos os quadrantes do mundo. A conclusão inevitável é que a expansão das prestações assistenciais, no contexto de redução dos direitos derivados do trabalho, da previdência e da saúde nos países do capitalismo central e periférico, desvenda a funcionalidade das tendências contemporâneas do Estado social para a reprodução ampliada do capital. (BOSCHETTI, 2016, p. 175).

Diante do exposto, observa-se que o desmonte em torno dos direitos sociais é reflexo da história construída a partir do advento do sistema capitalista e, sobretudo, com a consolidação do neoliberalismo no Brasil, que resultou no processo de flexibilização, precarização, terceirização, rompimento dos direitos, insustentabilidade das políticas, dentre outros fatores que atingem diretamente a população que mais necessita.

Souza Filho (2013, p. 151) ressalta que o projeto neoliberal tem como foco

[...] ações destinadas à redução do custo da intervenção do Estado na área social, através da organização de serviços sociais oferecidos pelo mercado (diretamente ou indiretamente); redução de contingente a ser atendido pelas políticas sociais, concentrando as ações sociais na população em situação de pobreza absoluta e desresponsabilização do governo central dos custos para a manutenção de serviços sociais.

Nesse caso, a população fica à mercê de políticas cada vez mais privatistas e focalizadoras, contrapondo-se a uma pequena parcela da população que possui acesso aos serviços privados, com custos cada vez mais elevados, tendo em vista a desresponsabilização do Estado e a primazia do mercado.

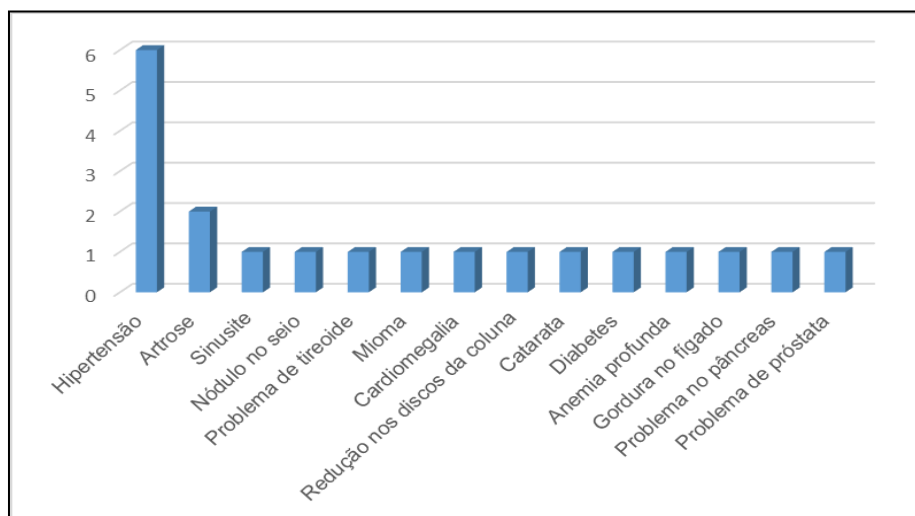
3.3 Direitos para quem?: um panorama da realidade vivenciada pelos catadores da Associação Eco-Recicla

O estudo realizado permitiu realizar um breve retrato acerca do perfil dos catadores da Eco-Recicla, assim como expor questões referentes ao trabalho que esses exercem, mas também convém abordar sobre os direitos sociais a que os entrevistados possuem acesso, mais especificamente daqueles que fazem parte do tripé da seguridade social (saúde, previdência e assistência social). Assim, é possível constatar que o modo de vida e de trabalho desses sujeitos se misturam e fazem parte do seu cotidiano, ainda que não seja a realidade idealizada pelos mesmos.

No que concerne à situação de saúde, verificou-se por intermédio da pesquisa que os resultados se cruzam com as condições de trabalho dos catadores, tendo em vista o processo de trabalho realizado pelos mesmos, bem como pelas condições em que desenvolvem suas atividades diariamente.

Nesse sentido, a pesquisa apontou que 71% dos entrevistados possuem problemas de saúde, sendo que das doenças referidas a que mais se repetiu foi a hipertensão (06 entrevistados) e a artrose (02 entrevistados), seguidos dos problemas conforme referido no gráfico 4.

Gráfico 4- Doenças referidas pelos entrevistados



Fonte: Elaborado por Alinne Souza - Pesquisa de campo, 2017.

Como se vê, majoritariamente, são doenças consideradas crônicas¹⁵, que necessitam de acompanhamento médico regular, além de comprometer a execução do trabalho em determinadas circunstâncias.

Nesse caso 93% declararam que recebem atendimento à saúde no bairro e 7% relataram que somente em algumas ocasiões. Porém, apesar de os entrevistados afirmarem que possuem tal atendimento, que pode ser médico (74%), odontológico (16%) e de enfermagem (10%), geralmente contam apenas com o atendimento de um clínico geral, que faz o encaminhamento para as demais especialidades, representando maior dificuldade em termo de marcação de consulta, morosidade e distância de outras clínicas, que geralmente fica localizada no centro da cidade, zona sul.

Outra questão relevante diz respeito à participação dos entrevistados em algum programa de atenção à saúde, que representa apenas 14% e refere-se ao acompanhamento para hipertensos.

De acordo com o Ministério da Saúde, em 2011 foi lançado o Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), com ações para serem desenvolvidas até o ano de 2022 entre doenças que

¹⁵ “Em geral, estão relacionadas a causas múltiplas, são caracterizadas por início gradual, de prognóstico usualmente incerto, com longa ou indefinida duração. Apresentam curso clínico que muda ao longo do tempo, com possíveis períodos de agudização, podendo gerar incapacidades. Requerem intervenções com o uso de tecnologias leves, leve- duras e duras, associadas a mudanças de estilo de vida, em um processo de cuidado contínuo que nem sempre leva à cura.” (BRASIL, 2013b, p. 5).

compreendem algumas das que foram listadas pelos catadores, dentre elas a hipertensão, diabetes e doenças respiratórias crônicas.

Para tanto, foram elencados alguns princípios (Quadro 6) que orientam a reorganização dos processos de trabalho da equipe de saúde, quais sejam:

Quadro 6 - Princípios norteadores para a equipe de saúde

PRINCÍPIO	DETALHAMENTO
Ampliar o acesso da população aos recursos e aos serviços das Unidades Básicas de Saúde	O acesso está diretamente relacionado à disponibilidade de consultas de cuidado continuado e de demanda espontânea, atividades coletivas, atendimentos em grupo, procedimentos de enfermagem, exames, medicamentos, entre outros.
Buscar maior qualidade da Atenção à Saúde	Qualidade é a capacidade dos serviços de Saúde em responder de forma efetiva às necessidades de saúde, no momento em que as pessoas precisam. Isso quer dizer: acesso e efetividade das ações
Persistir na busca à integralidade da atenção	Integralidade compreende promoção da saúde, prevenção e tratamento de doenças e recuperação da saúde. Refere-se, ainda, à abordagem integral do indivíduo (todos os sistemas fisiológicos, bem como os aspectos psicológicos, e contexto familiar e social) e da população sob responsabilidade das equipes básicas

Fonte: Brasil (2014, p. 38).

Contudo, diante das respostas acerca da baixa participação em programas de atenção à saúde e a relação que esta possui com as ações que devem ser realizadas pelo SUS, sobretudo, a partir do referido Plano lançado pelo Ministério da Saúde, é possível inferir que pelo menos no bairro em que os entrevistados residem as ações previstas ainda não foram totalmente implementadas, o que pode ter relação direta com a estrutura da saúde em Manaus, que ainda é permeada por dificuldades e desafios, assim como em outros lugares do Brasil, pois ainda precisa conciliar os problemas políticos e técnicos.

O SUS em Manaus está organizado a partir de três níveis de atenção:

- primária – postos e centros de saúde e unidades móveis;
- secundária – serviços de pronto atendimento (SPA's), pronto-socorro geral e pronto-socorro da criança;
- terciária – hospitais gerais, especializados, institutos, centros regionais de referência materno-infantil e hospitais universitários.

No entanto, no bairro do Mauazinho, local onde os entrevistados residem e onde está instalada a sede da Associação foi constatada a presença de uma

Unidade Básica de Saúde (UBS) e outra na Vila da Felicidade, pertencente também ao bairro.

Para Luna (2011, p. 127)

[...] o SUS é uma realidade no contexto amazonense, o acesso aos serviços são mais amplos e acessíveis, o que ainda repercute é uma estrutura de assistência dos serviços desarticulada e mal-distribuída, comungando com questões que o descaracteriza como uma política de saúde social universal, entre elas a estrutura política do Estado, o paralelismo de ação, a seletividade e a focalização dos serviços e ações de saúde, se concentram em áreas geográficas. Com isso, atinge um dos mais importantes princípios do SUS, a universalização dos seus serviços, que deve ser garantido a todo o cidadão, independente de classe social, área geográfica, gênero, raça ou cultura.

Quanto ao acesso à medicamentos, 71% dos entrevistados revelaram que fazem uso de algum tipo de medicação, no entanto, ela ocorre de forma variada podendo ser adquirido no posto de saúde, somente mediante receita médica, na policlínica ou diante da falta no sistema público precisam comprar ou fazer uso de remédios caseiros.

Atualmente, na cidade de Manaus, a assistência farmacêutica está sob a responsabilidade da Central de Medicamentos do Amazonas (CEMA), que é responsável pelo abastecimento, inclusive nas Unidades Básicas de Saúde. No entanto, o próprio governo do Estado reconhece que a distribuição dos medicamentos não está ocorrendo de forma satisfatória, o que acaba penalizando a população que realiza tratamento regularmente.

De acordo com a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SUSAM),

[...] nos últimos três anos CEMA vem enfrentando dificuldades quanto ao abastecimento satisfatório de medicamentos e insumos, devido a fatores administrativos, como por exemplo, número elevado de itens sem Ata de Registro de Preços, atrasos nas entregas pelos fornecedores etc, e ainda questões quanto relativas à disponibilidade de recursos, que vem sofrendo redução no orçamento da saúde, refletindo-se na diminuição da aquisição dos quantitativos programado. (AMAZONAS, 2016, p. 152).

No que tange à previdência social, de acordo com o Relatório da Situação Social dos Catadores elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2013, o estado do Amazonas apresentou uma média de 59,4% de contribuintes, o que não condiz com a realidade dos catadores da Eco-Recicla, haja vista que apenas 01 (um) entrevistado declarou ser contribuinte e outro informou que recebe pensão por morte, porém não foi verificado nenhum aposentado entre os

catadores, apesar de 02 (duas) mulheres, que não contribuem, já apresentarem uma das condições que poderia levar à concessão da aposentadoria por tempo de idade, ou seja, idade acima de 60 anos.

Cabe ressaltar que, 03 (três) entrevistados informaram que um familiar que reside consigo também recebe o benefício da previdência, sendo 02 (dois) relacionados à pensão por morte e 01 (um) auxílio-doença, todos no valor de um salário mínimo.

Quando questionados sobre os motivos pelos quais não contribuem, declararam que possuem interesse, mas não têm como contribuir, devido às condições financeiras; por nunca ter trabalhado de carteira assinada; por ter se desligado do antigo emprego; pelo fato de estar contribuindo para o sindicato rural e até mesmo justificando pelo fato de não estar trabalhando.

São muitos os fatores que explicam o baixo índice de contribuição entre os catadores, mesmo entre os informais. O principal deles se refere à baixa renda do trabalho, que compromete a capacidade contributiva dessas pessoas. Outro fator diz respeito à falta de conhecimento sobre os benefícios da Previdência Social. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2013, p. 59).

O fato é que, apesar do reconhecimento do trabalho de catador de material reciclável desde 2002, com a inclusão da categoria na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a maioria das pessoas que atuam neste ramo se encontram na informalidade, estando fora da cobertura previdenciária, fazendo também com que estes não se reconheçam como trabalhadores, tampouco tenham conhecimento acerca dos benefícios da previdência e das formas de contribuição.

Nesse sentido, uma das pautas reivindicadas durante os encontros realizados pelos catadores a nível nacional e, mais recentemente, no III Encontro de Catadores da Amazônia Legal (III ECAL), diz respeito à aprovação da PEC 309/2013 que está em tramitação e prevê a alteração do §8º do artigo 195 e §7º do art. 201 da Constituição Federal, garantindo a aposentadoria especial também a estes trabalhadores.

Cabe ressaltar que a referida Proposta de Emenda à Constituição foi lançada no ano de 2013, porém até o presente momento não há indicativos para a sua aprovação, apesar da luta travada pela categoria com o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Do contrário, o que podemos observar atualmente é o intenso ataque aos direitos sociais já conquistados, com a Proposta

de Emenda à Constituição n. 287/2016 (Reforma da Previdência) já referida anteriormente.

Dessa forma, diante de tantos retrocessos, “[...] as possibilidades de financiamento de benefícios não contributivos se reduzem, ao mesmo tempo em que cresce a demanda potencial por eles.” (GAMA, 2014, p. 146).

Em relação à assistência social, verificou-se que para os catadores está limitada ao recebimento de benefícios (BPC e Bolsa Família). Os reflexos do modelo de desenvolvimento socioeconômico vigente, as crises vivenciadas pelo Estado e, conseqüentemente, as contrarreformas adotadas por este são expressas nos resultados obtidos na pesquisa, conforme observado anteriormente e também através do fator relacionado à renda dos entrevistados, uma vez que esses precisam complementá-la com trabalhos extras ou benefícios da assistência social.

Nesse caso, foi possível constatar que 06 (seis) entrevistados recebem tais benefícios, sendo 05 (cinco) referentes ao bolsa família, com valores que variam de R\$82,00 (oitenta e dois reais) a R\$ 314,00 (trezentos e quatorze reais) e 01 (um) não soube especificar, o que pode ter sido confundido com algum benefício da previdência social, tendo em vista o valor recebido, que é de um salário mínimo.

Em relação aos familiares dos catadores que também recebem algum tipo de benefício, averiguou-se que 01 (um) desses é referente ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e os outros (03) três referem-se ao bolsa família.

Para a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) a concessão dos referidos benefícios pode ser enquadrada no seu conjunto de seguranças, mais especificamente a segurança de rendimentos, que

[...] não é uma compensação do valor do salário mínimo inadequado, mas a garantia de que todos tenham uma forma monetária de garantir sua sobrevivência, independentemente de suas limitações para o trabalho ou do desemprego. É o caso de pessoas com deficiência, idosos, desempregados, famílias numerosas, famílias desprovidas das condições básicas para sua reprodução social em padrão digno e cidadã. (BRASIL, 2005, p. 31).

O BPC, previsto no artigo 20 da LOAS, é o benefício assistencial pago para a pessoa com deficiência e para idoso com 65 (sessenta e cinco) anos, que não tenha condições de prover a sua subsistência, tampouco pela sua família. Foi instituído em um cenário adverso, tendo em vista que o valor pago é referente à um salário

mínimo e o benefício está vinculado à um corte de renda considerado baixo. Considera-se ainda que

[...] se por um lado, os avanços constitucionais apontam para o reconhecimento de direitos e permitem trazer para a esfera pública a questão da pobreza e da desigualdade social, transformando constitucionalmente essa política social em campo de exercício de participação política, por outro, a inserção do Estado brasileiro na contraditória dinâmica e impacto das políticas econômicas neoliberais coloca em andamento processos desarticuladores, de desmontagem e retração de direitos e investimentos no campo social. (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2012, p. 56).

No que se refere ao Programa Bolsa Família (PBF), é sabido que este foi instituído pelo Governo Federal em 2003, sendo configurado como um programa de transferência de renda destinado às famílias em condição de extrema pobreza, com renda mensal per capita de até R\$ 85,00 ou pobres, com renda de R\$ 85,01 até R\$ 170,00 per capita, visando a “superação da pobreza”, mediante algumas condicionalidades para a concessão do benefício.

Durante o período de andamento do programa muitos estudos já foram realizados, assim como críticas consistentes, haja vista o reconhecimento de que apenas a transferência de renda não é suficiente para retirar as famílias participantes da condição de desigualdade social, do contrário percebe-se a utilização da assistência social e de tais programas como um “instrumento capitalista” para a manutenção do *status quo*. Para Boschetti (2016, p. 164),

[...] o investimento em programas assistenciais pífios, focalizados e recheados de condicionalidades, aliado à manutenção do desemprego estrutural e ao não investimento em políticas universais é uma estratégia útil ao capitalismo para regular o mercado a baixo custo em contexto de crise estrutural.

Além disso, entende-se a necessidade da articulação de um conjunto de políticas públicas na área da saúde, educação, habitação, segurança, lazer, dentre outros.

Mas sabe-se que, dentre outros fatores, a questão da operacionalização da política passa pela necessidade dos recursos humanos, que opera cada vez mais com números mais reduzidos, mas também envolve o desenvolvimento de atividades pelos seus trabalhadores, as condições materiais, institucionais, físicas e financeiras, bem como os meios e os instrumentos necessários ao exercício profissional. Não só para a operacionalização da política de Assistência Social, mas

de todas as outras, mas isso envolve questões que não fazem parte do objetivo desse trabalho.

A partir dos resultados apresentados, podemos observar apenas um breve retrato da realidade dos catadores de materiais recicláveis da Associação Eco-Recicla. Nessa ótica, diante da fragilidade e da dificuldade do acesso aos direitos sociais, mais especificamente àqueles relacionados à seguridade social, é possível constatar que apesar dos avanços com o advento da Constituição Federal de 88, da regulamentação dos Artigos 203 e 204, a partir da Lei Orgânica da Assistência Social, assim como de outros aparatos legais, ainda há muito a percorrer, isso porque, a cada dia vem se cumprindo a lógica do capital, onde o combate ao Estado social parece ser prioridade e o mercado tem seu lugar sem restrições.

A pesquisa demonstrou ainda que a questão dos direitos sociais a que os catadores possuem acesso (ou não) poderia ser diferente, caso as legislações relacionadas ao trabalho de catação já estivessem em pleno vigor, e esses trabalhadores inseridos diretamente na cadeia de reciclagem e na gestão de resíduos sólidos articuladas juntamente com o município, daí a necessidade de que a Política Nacional de Resíduos Sólidos não seja apenas uma política de fechamento de lixões, muito mais que isso, ela precisa ser efetivada e articulada às demais políticas, tendo em vista que as condições de vida e de trabalho dos catadores, no geral, ainda são bastante adversas.

Dessa forma, é possível constatar que as desigualdades sociais presentes no contexto capitalista se manifestam no cotidiano da população mais vulnerável, não apenas pelas precárias condições de vida a que são muitas vezes submetidas, mas principalmente por sua exclusão do acesso a serviços, programas e projetos sociais que atendam às suas reais demandas.

Compartilhando com o mesmo pensamento de Chaves e Siqueira (2014), o que pode ser observado até os dias atuais é um descompasso entre as políticas frente às reais necessidades e interesses dos seus usuários, haja vista que desde a sua formulação até a sua implementação, muitas vezes são analisadas as suas especificidades, contribuindo para a “insustentabilidade” das políticas públicas.

CONSIDERAÇÕES

A temática abordada nessa dissertação buscou compreender a realidade vivenciada pelos catadores de materiais recicláveis, trazendo uma visão do modo de vida e de trabalho, bem como do acesso a bens e serviços sociais a que os catadores da Associação Eco-Recicla possuem acesso (ou não).

Contudo, o caminho percorrido durante a realização da pesquisa, claramente, não esgota o debate sobre a referida temática, isso porque muitas questões que não ganharam destaque continuam como possibilidades para futuros artigos e/ou tese.

O percurso escolhido permitiu realizar uma abordagem histórica acerca do processo de industrialização no Brasil, a partir do período tido como “desenvolvimentista” e, no caso específico de Manaus, foram apresentadas algumas questões relacionadas à criação da Zona Franca, que significou uma alternativa de esperança e progresso para o Estado do Amazonas.

Mas qual o custo do processo de industrialização no Brasil como um todo, principalmente para a classe trabalhadora?

É inegável que, para as indústrias, o apoio do Estado e a concessão de benefícios iria colaborar para o crescimento econômico destas, em contrapartida, a classe trabalhadora começou a sentir os efeitos, a exemplo da redução do valor da força de trabalho e do congelamento dos salários.

A história dos governos brasileiros com relação à indústria e à economia foi construída a partir de sucessivos planos, que após a crise de 1973 tiveram que dar conta dos elevados níveis de inflação e do acirramento da dívida externa, abrindo margem para a hegemonia neoliberal a partir da década de 1990, contribuindo diretamente para as contrarreformas do Estado.

Ademais, os anos 90 também significou a perda de direitos significativos, tanto no que diz respeito ao trabalho, como em relação aos direitos sociais com a crescente presença do “solidarismo privado” frente à desresponsabilização do Estado.

Nesse caso, percebe-se que o capital encontra na exploração dos trabalhadores formas para se expandir, isso faz parte do seu processo de alienação. Também faz parte da manutenção do sistema que vivemos a formação da população de trabalho excedente, que se revela como parte inerente à anatomia do

capital e que ainda que os diferentes governos envidem esforços para solucionar o desemprego, serão tentativas inúteis, pois faz parte da essência do capital.

A partir das transformações que envolvem o mundo do trabalho e da impossibilidade de uma resolução plausível frente ao desemprego estrutural, esses trabalhadores excedentes vêm desenvolvendo alternativas para subsistência e geração de renda, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis.

A atividade de catação é de extrema relevância para a sociedade como um todo, pois envolve questões relacionadas à saúde pública, ao meio ambiente, mas também precisa ser vista como importante em termos de trabalho, pois apesar de os catadores terem sido reconhecidos como tal a partir de 2002, ainda existe uma lacuna a ser preenchida, de forma que esses trabalhadores, que hoje são responsáveis por quase 90% do material reciclado no Brasil, tenham o devido reconhecimento perante a sociedade.

O panorama em relação aos catadores tende a ser totalmente desfavorável, visto que, atualmente, do processo de catação até a venda dos materiais coletados esses trabalhadores vivenciam a situação de exploração, principalmente na relação com os atravessadores e empresas de reciclagem, que compram o material a baixo custo e conseguem triplicar o seu lucro posteriormente, configurando um negócio bastante rentável para aqueles que conseguem explorar e diminuir o valor do trabalho dos catadores.

O fato é que, apesar da relevância do trabalho exercido pelos catadores e de importantes legislações como a PNRS e a Lei de Saneamento Básico reconhecerem a necessidade de inserção desses trabalhadores para atuação na coleta seletiva e na gestão dos materiais recicláveis, o que se percebe é um grande mercado que movimenta altas cifras, mas que não está interessado em agregar o trabalho de catação na forma como preconiza as normativas.

Além disso, para que todo esse aparato legal esteja em pleno vigor é necessário que um conjunto de fatores estejam em concordância, dentre eles a vontade política, o planejamento, a fiscalização, o cumprimento das responsabilidades pelos atores envolvidos, informação/educação para a população e articulação das políticas.

Hoje, na cidade de Manaus, existem 06 (seis) associações e 03 (três) cooperativas vinculadas ao Comitê Regional dos Catadores de Materiais

Recicláveis, dentre elas a Associação Eco-Recicla, escolhida para a realização dessa pesquisa.

Ao traçar o perfil dos associados da Eco- Recicla, percebeu-se que 71% são mulheres, revelando a representatividade feminina na categoria. No que se refere à idade dos entrevistados, verificou-se que 79% possuem idade acima de 44 anos até 70 anos, sendo que os demais são jovens com idade entre 19 e 22 anos. Quanto à escolaridade, apenas 29% concluíram o ensino médio, no entanto, 93% demonstraram interesse em continuar os estudos. Em relação à renda obtida com o trabalho de catação, 76% recebem menos de um salário mínimo, sendo que 57% exercem outras atividades remuneradas, como forma de complemento da renda.

No que diz respeito à catação, o que ficou claro durante o contato estabelecido com os catadores é que o trabalho representa para eles uma forma de preservação do meio ambiente, além de um meio para obter o sustento familiar. Entretanto, esses sujeitos nutrem a expectativa de melhorias para a categoria como um todo, mas especialmente para a Eco-Recicla, tendo em vista que diariamente precisam lidar com desafios que envolvem questões mais simples (como é o caso da falta de um galpão adequado para o trabalho) até aspectos estruturais.

Para além dos fatores relacionados ao trabalho, também foi realizada uma breve abordagem em torno dos direitos sociais, principalmente aqueles que fazem parte do tripé da seguridade social, ou seja, a saúde, a previdência e a assistência social, que foram garantidas constitucionalmente, mas que vem sofrendo com constantes retrocessos, tendo em vista as contrarreformas do Estado, sendo as mais recentes a PEC da DRU e a PEC n. 287/2017 (Reforma da Previdência).

Nesse sentido, a pesquisa demonstrou, em linhas gerais, que em relação à saúde 71% dos entrevistados possuem problemas, mas apenas 14% participam de algum programa de atenção à saúde. Em relação à previdência, não foi verificado nenhum aposentado entre os catadores e apenas um deles declarou ser contribuinte. Quanto à assistência social, verificou-se que para os catadores está limitada ao recebimento dos benefícios BPC e Bolsa Família, que também representa uma forma de complemento à renda familiar.

Diante das reflexões oportunizadas a partir da pesquisa em foco, observa-se que algumas medidas podem ser adotadas, de modo que os catadores tenham suas demandas atendidas, dentre elas estão:

Educação- elaboração de um programa educacional para a conclusão do ensino básico, sendo levado em consideração o bairro em que os catadores residem, assim como o trabalho desenvolvido pelos mesmos;

Saúde- funcionamento do Plano de Ações Estratégicas para o Enfretamento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis, assim como a realização de programas voltados para a saúde do trabalhador, mais especificamente dos catadores de materiais recicláveis, que estão propensos a determinados tipos de doenças, tendo em vista as condições de insalubridade a que os mesmos são expostos;

Previdência- aprovação da PEC 309/2013, que garante a aposentadoria especial aos catadores;

Assistência Social- que não seja limitada apenas à concessão de benefícios, que por sua vez são permeadas de condicionalidades, mas que realmente atendam às necessidades da população que dela necessita, sendo articulada à um conjunto de outras políticas públicas;

Trabalho- efetividade da Política Nacional de Resíduos Sólidos, bem como de todas as normativas existentes a nível estadual e municipal, sobretudo, com a adesão do governo do Amazonas ao Programa Pró-Catador, que visa o apoio e o fomento à organização produtiva, bem como a melhoria das condições de trabalho e ampliação das oportunidades para os catadores. Mas, de imediato, existe a necessidade da estruturação do galpão da Eco-Recicla, dada as condições já relatadas e o compromisso assumido pelo município com a categoria.

Por fim, considera-se que a realidade encontrada no decorrer do presente estudo nos apresenta um conjunto de desafios, necessitando de respostas do Estado, pois as dificuldades relacionadas ao trabalho e ao acesso a bens e serviços sociais requer a elaboração e a efetivação de políticas públicas que atendam as reais necessidades da população como um todo, além das questões específicas aos catadores.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. Notas sobre o Golpe de 2016 no Brasil: neodesenvolvimentismo ou crônica de uma morte anunciada. In: LUCENA, C.; PREVITALI, F. S.; LUCENA, L. **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017.
- AMAZONAS. Governo do Estado. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Plano estadual de resíduos sólidos do Amazonas**. Manaus, 2015.
- _____. Governo do Estado. Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Plano de resíduos sólidos e de coleta seletiva da região metropolitana de Manaus**. Manaus, 2016.
- _____. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas. **Plano Estadual de Saúde Amazonas – 2016- 2019**. Manaus, 2016.
- ANDRADE, J. B. L. **Indicadores de sustentabilidade aplicáveis à gestão e políticas públicas para os resíduos sólidos industriais**: uma contribuição com foco no Polo Industrial de Manaus. Manaus: EDUA, 2014.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARQUIVO NACIONAL. **Beneficiamento da borracha em Manaus**. Rio de Janeiro, 1906. Disponível em: <http://www.wikiwand.com/pt/Ciclo_da_borracha>. Acesso em: 7 nov. 2018.
- ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE PAPEL PAPELÃO E MATERIAL REAPROVEITÁVEL. **Relatório de ações de inclusão produtiva centro de apoio ao trabalhador da Asmare**. Belo Horizonte, 2013.
- BAPTISTA, V. F. Liberdade pelo trabalho ou trabalho pela liberdade?: o caso dos catadores de materiais recicláveis. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, DF, v. 3, n. 1, p. 119-135, jan./jun. 2013.
- BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. **A contrarreforma do Estado no Brasil**. 2002. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- _____.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- BORTOLI, M. A.; REIS, C. N.; TELES, H. Condições de vida dos catadores de materiais recicláveis e estratégias de enfrentamento a exploração do trabalho. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 4., ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 11., 2016, Vitória. **Anais** Vitória: UFES, 2016.

BOSCHETTI, I. **Assistência Social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. Decreto n. 288, de 28 de fevereiro de 1967. Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0288.htm>. Acesso em: 24 mar. 2017.

_____. Lei n. 8.123, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 24 jul. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso: em 12 fev. 2018.

_____. Decreto n. 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 out. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5940.htm>. Acesso em: 12 fev. 2018.

_____. Decreto n. 7.404, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7404.htm>. Acesso em: 12 fev. 2018.

_____. Decreto n. 7.405, de 23 de dezembro de 2010. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 2010b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7405.htm>. Acesso em: 12 fev. 2018.

_____. Lei n. 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 6 ago. 2013a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 12 fev. 2018.

_____. Ministério da Saúde. **Diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado prioritárias**. Brasília, DF, 2013b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica**. Brasília, DF, 2014. (Cadernos de atenção básica, n. 35).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social: PNAS/2004**. Brasília, DF, 2005.

BRETTAS, T. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 17, n. 34, p. 53-76, jul./dez. 2017.

CASSAB, L. A. Tessitura investigativa: a pesquisa científica no campo humano-social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 55-63, 2007.

CHAVES, M. P. S. R.; RODRIGUES, D. C. B. **Organização sociocultural e tecnologias sociais no trabalho das mulheres amazônidas**. Manaus: EDUA, 2016.

_____.; SIQUEIRA, M. S. Políticas públicas no cenário da Amazônia: estudo do Programa Bolsa Floresta em comunidade ribeirinha no Amazonas. In: _____.; SANTIAGO, J. L. (Org.). **Inovação, desenvolvimento e sustentabilidade na Amazônia**. Manaus: Fundação Universidade do Amazonas, 2014.

CONGRESSO NACIONAL DOS CATADORES(AS) DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, 1., 2001, Brasília, DF. **Carta de Brasília**. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/principios-e-objetivos/carta-de-brasil>> Acesso em: 16 fev. 2018.

COOPERATIVA DE CATADORES DE PAPEL, APARAS E MATERIAIS REAPROVEITÁVEIS. **Como tudo começou**. São Paulo, [2016?]. Disponível em: <<https://coopamare.wordpress.com/about/subpagina/>> Acesso em: 16 fev. 2018.

COSTA, D. I. **Sustentabilidade socioambiental no trabalho dos catadores de materiais recicláveis: condições de acesso à previdência social**. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

COUTO, B. R.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A Política Nacional e Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: _____. et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2012.

CRUZ NETO, O. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

EQUIPE ECYCLE. **Conheça os tipos de plásticos**. São Paulo, [2017]. Disponível em: <<https://www.ecycle.com.br/component/content/article/44-guia-da-reciclagem/706-conheca-os-tipos-de-plastico.html>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

FERREIRA, L. A. M. **Os direitos sociais e sua regulamentação: coletânea de leis**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

FIRMIANO, F. D. A ilegalidade do Estado e o colapso do neodesenvolvimentismo no Brasil. **Ser Social: previdência social e trabalho**, Brasília, DF, v. 18, n. 39, p. 584-609, jul./dez. 2016.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GAMA, A. S. **Trabalho, família e gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HÖFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IANNI, O. **Estado e capitalismo**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: educação 2016**. Rio de Janeiro, 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável- Brasil**. Brasília, DF, 2013.

_____. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável- Região Norte**. Brasília, DF, 2013.

LEONE, E. T. A renda familiar e trabalho da mulher na região metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. In: ROCHA, M. I. B. (Org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Campinas, 2000.

LESSA, S. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In: In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: crise contemporânea, questão social e Serviço Social. mod. 1. Brasília, DF: CEAD, 1999.

LIMA, A. B. **Amazônia e o mundo**. [S.l.], 2011. Disponível em: <<http://dembasp.blogspot.com.br/2011/08/fotos-historicas-de-manaus.html>>. Acesso em: 7 mar. 2017.

LOURENÇO, E. S. Avaliando a atual conjuntura de perda de direitos sociais e trabalhistas e seus efeitos nas políticas de Seguridade Social e de Saúde do Trabalhador. **Revista Trabalho & Saúde**, São Paulo, ano 16, n. 41, p. 13-18, ago. 2016.

LUNA, M. R. S. **A estratégia saúde da família**: um estudo na realidade do bairro Mauazinho. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

MAGALHÃES, B. J. **Liminaridade e exclusão**: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MANAUS. Decreto n. 1.349, de 9 de novembro de 2011. Aprova o Plano Diretor Municipal de Resíduos Sólidos de Manaus. **Diário Oficial do Município de Manaus**. Poder Legislativo, Manaus, 10 nov. 2011. Disponível em: <<http://semulsp.manaus.am.gov.br/wp-content/uploads/2010/12/plano-diretor-municipal-de-res%c3%8dduos-s%c3%93lidos.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

MARANHÃO, C. H. M. C. **O “novo” ciclo ideológico de desenvolvimento**: a reconstrução do projeto político burguês e as estratégias de desenvolvimento econômico e social no Brasil. 373 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. L. 1.

MEIRELLES, W. **Políticas públicas e sustentabilidade na Amazônia**. Manaus: Valer, 2012.

MÉSZÁROS, I. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Código Brasileiro de Ocupações**. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/downloads.jsf>>. Acesso em: 18 out. 2015.

MOTA, A. E. **O feitiço da ajuda**: as determinações do Serviço Social na empresa. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis. **Mercado de Trabalho**, Brasília, DF, v. 41, p. 21-24, nov. 2009.

OLIVEIRA, A. P. **Zona Franca de Manaus**: análise dos discursos intelectuais nas categorias Estado e desenvolvimento regional. 2001. 123 f. Dissertação (Mestrado em Natureza e Cultura na Amazônia) – Universidade do Amazonas. Manaus, 2001.

PAIVA, B.; LIMA, R. Título da reportagem. **A Crítica**, Manaus, 28 dez. 2015. Disponível em: <<http://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/crise-economica-afeta-producao-da-zona-franca-de-manaus-queda-de-30-em-2015>>. Acesso em: 7 mar. 2017.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma ponte para o futuro**. Brasília, DF: Fundação Ulysses Guimarães, 2015.

PAULA, R. F. S. **Estado capitalista e Serviço Social**: o neodesenvolvimentismo em questão. Campinas: Papel Social, 2016.

PINHEL, J. R. O catador de materiais recicláveis. In: _____. (Org.). **Do lixo à cidadania**: guia para a formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis. São Paulo: Peirópolis, 2013.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PRATES, J. C. A conjuntura brasileira e os impasses aos processos democráticos. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 275-281, ago./dez. 2017.

ROSSETTI, J. P. **Políticas e programação econômica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

SANT'ANA, D.; METELLO, D. Reciclagem e Inclusão Social no Brasil: balanço e desafios. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Org.). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

SANTOS NETO, A. B. **Capital e trabalho na formação econômica do Brasil**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015

SALVADOR, E. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M. G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SINGER, P. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, B. (Org.). **História geral da civilização brasileira**: o Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2007. t. 3.

SOUZA FILHO, R. **Gestão pública e democracia**: a burocracia em questão. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

TEODÓSIO, A. S. S.; DIAS, S. F. L. G.; SANTOS, M. C. L. Procrastinação da Política Nacional de Resíduos Sólidos: catadores, governos e empresas na governança urbana. **Lixo**: Revista Ciência & Cultura, São Paulo, ano 68, n. 4, p. 30-33, out./dez. 2016.

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: Modo de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis no Amazonas: o acesso a bens e serviços sociais.

Pesquisador: Alinne Bianca Lima de Souza

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 71245617.4.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.248.781

Apresentação do Projeto:

A apresentação do projeto cumpre com os requisitos básicos da pesquisa científica, a saber: objeto bem delimitado, problematização e metodologia a ser seguida, bem como suporte em bibliografia básica.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos são claros, bem descritos e possíveis de serem executados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A avaliação dos riscos pelas pesquisadoras está corretíssima, pois é salutar considerar mesmo que "No que se refere aos riscos da pesquisa, estes podem vir a ocorrer na medida em que os sujeitos não se sintam à vontade para responder as perguntas formuladas, ou até mesmo caso alguma memória de experiências ou situações vividas tragam emoções que ainda não tenham sido bem elaboradas pelos mesmos". Esta consciência deve, de fato, permear toda a condução da pesquisa científica.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

É uma pesquisa pertinente e poderá contribuir para se compreender melhor o universo dos catadores de materiais recicláveis da Associação Eco-Recicla, da cidade de Manaus/AM. Dessa

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

**UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA**



Continuação do Parecer: 2.248.781

forma poder-se-à pensar em políticas públicas e melhorias para as condições de vida e trabalho dessa população.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão dentro das normas estabelecidas pela Resolução 466/2012, que versa sobre os cuidados na pesquisa envolvendo seres humanos.

Recomendações:

Que sejam observadas o roteiro estabelecido para a pesquisa e sejam seguidas as orientações contidas na Resolução anteriormente citada.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

O colegiado acata o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_773790.pdf	12/07/2017 17:33:54		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao.pdf	12/07/2017 17:32:29	Alinne Bianca Lima de Souza	Aceito
Outros	Roteiro_de_Entrevista.doc	12/07/2017 17:30:37	Alinne Bianca Lima de Souza	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	12/07/2017 17:29:48	Alinne Bianca Lima de Souza	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa.doc	12/07/2017 17:26:57	Alinne Bianca Lima de Souza	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	12/07/2017 17:26:36	Alinne Bianca Lima de Souza	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 2.248.781

FRANCA, 30 de Agosto de 2017

Assinado por:
Helen Barbosa Raiz Engler
(Coordenador)

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

**ANEXO B – DECLARAÇÃO DA REDE DE CATADORES/AS E RECICLAGEM
SOLIDÁRIA ECO-RECICLA DO AMAZONAS**



**REDE DE CATADORES/AS E RECICLAGEM SOLIDÁRIA
ECO-RECICLA DO AMAZONAS
CNPJ: 09.311.171/0001-06**

D E C L A R A Ç ã O

Declaro, para os devidos fins, que a pesquisadora Alinne Bianca Lima de Souza, RG: 1991027-4, está autorizada a realizar pesquisa nesta Associação, denominada “Eco-Recicla do Amazonas”, situada na Rua Aricá, nº 11, Mauazinho, CEP: 69088-065, Manaus/AM, CNPJ: 09.311.171/0001-06.

Manaus, 07 de julho de 2017.

Antonio Delmo Miranda da Costa

Antonio Delmo Miranda – RG: 0476154-5

Diretor Presidente

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____
 DATA DE NASCIMENTO: __/__/__. IDADE: _____
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: _____ Nº _____ SEXO: M () F ()
 ENDEREÇO: _____
 BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____
 CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____,
 declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **“Modo de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis no Amazonas: o acesso a bens e serviços sociais”**. O projeto de pesquisa será conduzido por Alinne Bianca Lima de Souza, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, orientado pela Professora Doutora Nayara Hakime Dutra Oliveira, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de Dissertação, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo os procedimentos de sigilo e discríção. A pesquisa a ser desenvolvida objetiva a compreensão da realidade vivenciada pelos catadores de materiais recicláveis da Associação Eco - Recicla, desvendando seu modo de vida e de trabalho, bem como a influência (ou não) desses aspectos para o acesso a bens e serviços sociais. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Manaus, _____ de _____ de _____.

 Assinatura do participante



Impressão Datiloscópica

 Pesquisador Responsável

Nome: Alinne Bianca Lima de Souza

Endereço: Rua Antonio Alves Taveira, 2035, Vila Totoli, Apto 09, CEP: 14409-123

Telefones: (16) 99727-6707

E-mail: alinne.bia@gmail.com

 Orientador

Professora Doutora Nayara Hakime Dutra Oliveira

Endereço: Rua Cassiano Ricardo, 521, Nova Franca, CEP: 14409-214

Telefone: (16) 99965-6907

E-mail: nayarahakime@gmail.com

APÊNDICE B – TERMO DE COMPROMISSO



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE COMPROMISSO

Declaramos, para os devidos fins, que a pesquisa intitulada "Modo de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis no Amazonas: o acesso a bens e serviços sociais" será desenvolvida na Associação Eco-Recicla, pela pesquisadora Alinne Bianca Lima de Souza, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, conforme autorização concedida pelo presidente da referida associação e posterior termo de consentimento, que será apresentado a todos os participantes da pesquisa.

A pesquisa objetiva a compreensão da realidade vivenciada pelos catadores de materiais recicláveis da Associação Eco-Recicla, desvendando seu modo de vida e de trabalho, bem como a influência (ou não) desses aspectos para o acesso a bens e serviços sociais.

Nesse sentido, após a defesa da dissertação, a pesquisadora se compromete em realizar uma roda de conversa com os catadores da Associação Eco-Recicla, de modo que estes tenham conhecimento dos resultados da pesquisa e possam elencar alternativas para dar vistas as suas demandas.

Manaus, 07 de julho de 2017.

Alinne Bianca L. Souza

Pesquisadora Responsável

Nome: Alinne Bianca Lima de Souza

Endereço: Rua Antonio Alves Taveira, 2035, Vila Totoli, Apto 09, CEP: 14409-123

Telefones: (16) 99727-6707

E-mail: alinne.bia@gmail.com

Nayara Hakime Dutra Oliveira

Orientadora

Professora Doutora Nayara Hakime Dutra Oliveira

Endereço: Rua Cassiano Ricardo, 521, Nova Franca, CEP: 14409-214

Telefone: (16) 99965-6907

E-mail: nayarahakime@gmail.com

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Projeto: Modo de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis no Amazonas: o acesso a bens e serviços sociais

Pesquisadora: Alinne Bianca Lima de Souza

Orientadora: Prof^a Dra. Nayara Hakime Dutra Oliveira

Entrevista número: _____

1. DADOS PESSOAIS:

1.1. Sexo: () Masculino () Feminino

1.2. Naturalidade: _____

1.3. Idade:

() 25 a 30 anos () 31 a 36 anos () 37 a 42 anos () 43 a 48 anos () 49 a 54 anos

() 55 a 60 anos () 61 a 66 anos () 67 a 72 anos () Outros: _____

1.4. Estado Civil:

() Solteiro(a) () União estável () Casado(a)

() Separado(a) () Divorciado(a) () Viúvo(a)

1.5. Escolaridade:

() Não Alfabetizado (a) () Alfabetizado(a) () Fundamental incompleto

() Fundamental completo () Médio incompleto () Médio completo

() outros: _____

1.6. O (a) senhor (a) sabe ler? () Sim () Não

1.7. O (a) senhor (a) sabe escrever? () Sim () Não

1.8. O (a) senhor (a) ainda estuda? () Sim () Não

1.8.1. Se não, por que?

1.9. O (a) senhor (a) pretende continuar os estudos? () Sim () Não

1.9.1. Por que? _____

2. CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS:

2.1. Da moradia:

() alugada () própria () cedida () outros: _____

2.2. Da estrutura:

() alvenaria () madeira () mista

2.3. Quantos cômodos possui na moradia? _____

2.4. Quantos cômodos são utilizados como dormitório? _____

2.4. A água utilizada na residência é proveniente de:

() Rede de abastecimento pública () Rio () Igarapé

() Lago () Poço Artesiano () Outro: _____

2.5. Qual a regularidade da energia fornecida pela rede pública?

() manhã () tarde () noite () dia todo

2.6 Na sua casa tem:

Item	Quantidade	Item	Quantidade
TV		Ar-condicionado	
Rádio		Ventilador	
Telefone residencial		Computador	
Telefone celular		Máquina de lavar	
Geladeira		Internet	
Fogão		Fossa sanitária	

2.7. Composição Familiar:

Quantas pessoas residem na moradia?			
Vinculação com o (a) catador (a)	Idade	Escolaridade	Trabalho/Renda

2.8. Qual o valor da sua renda do trabalho como catador (a)?

2.9. Além do trabalho como catador (a), o (a) senhor (a) realiza outra atividade remunerada?

() Sim () Não

2.9.1 Caso positivo, qual?

3. O TRABALHO DE CATAÇÃO:

3.1. Há quanto tempo o (a) senhor (a) trabalha como catador (a)?

3.2. Há quanto tempo o (a) senhor (a) é associado à Associação Eco-Recicla?

3.3. Por que começou a trabalhar como catador (a)?

3.4. Quais mudanças (dificuldades/desafios) percebe do período que começou a trabalhar como catador (a) até os dias atuais?

3.5. Fale sobre o seu trabalho como catador (a) de acordo com os itens do quadro:

Horário de coleta
Local de coleta
Como transporta?
Onde armazena?
Realiza a coleta sozinho (a) ou em grupo?
O que faz após a coleta do material (triagem, venda)?

3.6. Materiais coletados durante o trabalho de catação e valor de venda (numerar de acordo com o que mais coleta).

MATERIAL	ORDEM	VALOR DE VENDA
Papelão		
Papel		
Plástico PEAD		
Pet		
Alumínio (embalagens, latinhas)		
Tetrapak		
Outros (especificar)		

4. ACESSO A BENS E SERVIÇOS SOCIAIS

4.1. Saúde:

4.1.1. O (A) senhor (a) tem algum problema de saúde? () Sim () Não

4.1.2. Caso positivo, qual?

4.1.3. O (A) senhor (a) tem atendimento à saúde no bairro em que reside?

() Sim () Não

4.1.4. Caso positivo, como acontece?

() Atendimento médico () Atendimento odontológico

() Visita do agente de saúde () Atendimento de enfermagem

() Outro

4.1.5 Caso negativo, como faz para ter acesso ao atendimento de saúde?

4.1.6. O (A) senhor (a) participa de algum programa de atenção à saúde?

() Sim () Não

4.1.7. Se sim, qual programa participa?

4.1.8. O (A) senhor (a) tem acesso à medicamentos? () Sim () Não

4.1.9. Se sim, de que forma?

4.2. Assistência Social:

4.2.1. O (A) senhor (a) recebe algum benefício de Assistência Social?

() Sim () Não

4.2.2. Caso positivo, qual?

Modalidade do benefício	X	Valor do benefício
BPC/LOAS		
Bolsa-Família		
Outros (especificar)		

4.2.3 Alguém na sua família recebe algum benefício de Assistência Social?

() Sim () Não

4.2.4. Caso positivo, qual?

Benefício	Grau de Parentesco	Valor do benefício
BPC/LOAS		
Bolsa-Família		
Outros (especificar)		

4.3. Previdência Social:

4.3.1. O (A) senhor (a) contribui para a previdência? () Sim () Não

4.3.2. Caso negativo, por que?

4.3.3. O (A) senhor (a) recebe aposentadoria? () Sim () Não

4.3.4. Caso positivo, preencher o quadro abaixo:

Modalidade da aposentadoria	x	Valor do Benefício
Aposentadoria Especial		
Aposentadoria por idade		
Aposentadoria por invalidez		
Aposentadoria por tempo de contribuição		

4.3.5. O (A) senhor (a) recebe algum benefício previdenciário? () Sim () Não

4.3.6. Caso positivo, preencher o quadro abaixo:

Modalidade	X	Valor do benefício
Auxílio doença		
Auxílio acidente		
Auxílio reclusão		
Pensão por morte		
Salário maternidade		
Salário família		

4.3.7. Alguém na sua família recebe algum tipo de auxílio previdenciário?

() Sim () Não

4.3.8. Se positivo, preencher o quadro abaixo:

Modalidade	Grau de parentesco	Valor do benefício

5. QUESTÕES COMPLEMENTARES

5.1. Participa de atividades relacionadas ao Comitê Estadual dos Catadores de Materiais Recicláveis? () Sim () Não

5.1.2. Por que?

5.1.3. Caso positivo, participa de quais atividades?

5.2. O (A) senhor (a) contribui para a Associação Eco-Recicla?

() Sim () Não

5.2.1. Caso positivo, qual o valor? _____

5.3. O que é ser catador (a) para o (a) senhor (a)?

5.4. Qual a opinião da sua família em relação ao seu trabalho como catador?

5.5. O que poderia ser feito de melhoria para a categoria dos catadores de materiais recicláveis?
